



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

### MINUTA DA ATA N.º 42/XIII-3º/2021-25

1 - Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, pelas 20h30, nas instalações da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense - SFUAP, sitas na rua União Piedense, na Freguesia da Cova da Piedade, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de dezembro da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos;
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia;
- 3 - Período da Ordem do Dia:
  - 3.1 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal de Almada sobre “Tarifário de Resíduos Urbanos e Taxa de Gestão de Resíduos para o ano de 2024”;
  - 3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Fixação da Taxa de Derrama para cobrança em 2024, relativo ao Exercício Económico de 2023”;
  - 3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para o ano de 2024”;
  - 3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Participação no IRS sobre os rendimentos no ano 2024”;
  - 3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2023 (a cobrar em 2024)”;
  - 3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Tarifário para 2024 – SMAS Almada”;
  - 3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2024, SMAS Almada”;
  - 3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e Orçamento para 2024 e Mapa de Pessoal do Município 2024”;
  - 3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano de Atividades e Orçamento para 2024 da WEMOB, E.M., S.A.”;
  - 3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento do Conselho Municipal do Desporto do Concelho de Almada”;
  - 3.11 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais de Almada (dezembro de 2022 a maio de 2023)”;
  - 3.12 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais de Almada (junho de 2023 a novembro de 2023)”;
  - 3.13 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Anual de Atividades para 2024 do Provedor Municipal dos Animais de Almada”;
  - 3.14 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Revisão da Carta Educativa de Almada – Aprovação de documento”;
  - 3.15 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de adjudicação e minuta do contrato, Parque Urbano da Charneca de Caparica”;
  - 3.16 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de adjudicação e minuta do contrato “RAC – Bateria da Raposa – Edifício dos Sapadores”;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

3.17 – Alteração da composição das Comissões Permanentes;

3.18 - Apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86º do Regimento;

3.19 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;

**2** – Instalou-se a Mesa da Assembleia Municipal constituída pelo 1º Secretário Ivo Almeida, em substituição do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ivan Gonçalves, 2ª Secretária Ana Paula Silva, e o Deputado Municipal Paulo Viegas para coadjuvar a Mesa, nos termos do nº 3, do artigo 23º do Regimento da Assembleia Municipal de Almada.

**3** – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

**4** – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia Municipal, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em substituição procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as José Joaquim Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS), Ivan da Costa Gonçalves (PS); Bruno Ramos Dias (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU) manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Luísa Maria Freire Galvão (PS); Catarina Isabel Garcia Paulino (PS), José António Lino Craveiro (PS); António Paulo Júnior (CDU); Beatriz Pé-Curto Mendes (CDU); por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU), António José Olaio da Silva (CDU), Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU) e Ricardo Antunes Rodrigues Martins Carneiro (CDU).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Senhora Raquel Pacheco; a Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS), solicitou a sua substituição pelo eleito Nuno Ricardo Cardoso Augusto; o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda Pedro Miguel de Amorim Matias (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João António Franco Rocha.

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais em vigor, não se registaram faltas.

4.1.4 – O Senhor Presidente em substituição comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês Medeiros, da Senhora Vereadora Francisca Parreira e o Senhor Vereador José Luís Bucho.

4.2 –Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente em substituição informou que:

4.2.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU) “Solicitação do documento contendo o levantamento do estado de conservação do parque escolar municipal à data da transferência de competências da Administração Central para a Administração Local”, enviado para a Câmara Municipal em 16/06/2023, foi respondido a 19/12/2023;

4.2.2 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Beatriz Ferreira (PSD), sobre “Manutenção dos equipamentos desportivos do Município de Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 06/09/2023, foi respondido em 06/12/2023;

4.2.3 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Alteração do artigo do Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos, Higiene, Limpeza e Imagem Urbana de Almada que define a proibição de alimentação de animais de rua”, enviado para a Câmara Municipal em 18/09/2023, foi respondido a 19/12/2023;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.2.4 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Morte de patos no Parque da Paz”, enviado para a Câmara Municipal em 17/10/2023, ainda não foi respondido;

4.2.5 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Solicitação dos relatórios de monitorização por parte da Câmara Municipal de Almada e dos SMAS, à vala do 2º Torrão, elaborados e assinados entre 2020 e 2022”, enviado para a Câmara Municipal em 31/05/2023, ainda não foi respondido;

4.3 – Referiu ainda o Senhor Presidente em substituição a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.4 – Foram distribuídas atempadamente as Atas nº 38/XIII-2º, 39/XIII-3º, 40/XIII-3º e 41/XIII-3º e colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do nº 2 e 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente em substituição da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Múncipes;

Referir que as reuniões da Assembleia Municipal são reuniões públicas. E, sendo reuniões públicas, são também transmitidas em *streaming*. Nós temos repórteres de imagem que permitem a transmissão em *streaming* da reunião. E, portanto, a imagem e a identificação dos cidadãos que intervêm na Assembleia Municipal passam a ser de conhecimento público. Por isso, se os/as senhores/as múncipes que pediram a palavra tiverem problemas que pretendam apresentar, mas não queiram que a sua imagem seja revelada através destes meios, podem fazê-lo da seguinte maneira: ou podem colocar a questão por escrito dirigida ao Presidente da Assembleia, que dará sequência à questão, ou podem pedir uma audiência ao Presidente da Assembleia, que terá todo o gosto de receber os múncipes que não queiram expor a sua situação de forma pública.”

5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Maria Cristina Lopes, Fernando Martins Eiras e Guilherme Ferreira.

5.3 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) e a Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira.

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 - Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.1.1- Pelo Falecimento de José Luís Tavares apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), (anexo 1).

6.1.2- Pelo Falecimento de Sara Tavares apresentado pela Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU), (anexo 2).

6.1.3- Pelo Falecimento de Margarida Tengarrinha apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Joaquim Miguel Judas (CDU), (anexo 3).

6.1.4- Pelo Falecimento de Fernando Cruz apresentado pelo Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE), (anexo 4).

6.1.5- Pelo Falecimento de Manuel Gusmão apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Vasco Ramiro Gonçalves (CDU), (anexo 5).



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.1.6- Pelo Falecimento de Sara Tavares apresentado pela Senhora Deputada Municipal Luísa Maria Galvão (PS), (anexo 6).

6.1.7 - Pelo Falecimento de Francisco Leitão apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Ricardo Augusto (PS), (anexo 7).

6.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.2.1 – O voto de pesar pelo Falecimento de José Luís Tavares foi aprovado por unanimidade;

6.2.2 – O voto de pesar por falecimento de Sara Tavares foi aprovado por unanimidade;

6.2.3 – O voto de pesar por falecimento de Margarida Tengarrinha foi aprovado por unanimidade;

6.2.4 – O voto de pesar por falecimento de Fernando Cruz foi aprovado por unanimidade;

6.2.5 – O voto de pesar por falecimento de Manuel Gusmão foi aprovado por unanimidade;

6.2.6 – O voto de pesar por falecimento de Sara Tavares foi aprovado por unanimidade;

6.2.7 – O voto de pesar por falecimento de Francisco Leitão foi aprovado por unanimidade.

6.3 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente em substituição da Assembleia Municipal.

6.4 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.4.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) para apresentar uma Recomendação “Política Climática de Almada”, (Anexo 8);

6.4.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar uma Moção “Pelo Fim da Impunidade do Grupo CLIMÁXIMO”, (Anexo 9);

6.4.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Mais e Melhor Iluminação no Espaço Público”, (Anexo 10);

6.4.4 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Em Defesa de uma Melhor Educação: 30 mil Alunos sem Professores”, (Anexo 11);

6.4.5 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Sala de Estudo Noturna”, (Anexo 12);

6.4.6 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar um Voto de Saudação ao “Dia Mundial dos Professores”, (Anexo 13);

6.4.7 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar uma Moção “Pela Rápida Implementação de Abrigos para os Utentes da Carris Metropolitana”, (Anexo 14);

6.4.8 – O Senhor Deputado Municipal Luís Daniel Jacinto (CDU), para apresentar uma Moção “Pelo Fim do Massacre do Povo da Palestina! Por um Estado da Palestina Soberano e Independente”, (Anexo 15);

6.4.9 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Pé-Curto Mendes (CDU), para apresentar uma Saudação “Vigília em Defesa do Serviço Nacional de Saúde – 11 de dezembro 2023”, (Anexo 16);

6.4.10 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU), para apresentar uma Moção “Pelo Direito a Envelhecer com Direitos”, (Anexo 17);

6.4.11 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE), para apresentar uma Moção “75 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos”, (Anexo 18);



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- 6.4.12 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Bom (BE), para apresentar uma Moção “25 de Novembro – Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres”, (Anexo 19);
- 6.4.13 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Bom (BE), para apresentar uma Moção “Pela Defesa do Novo Aeroporto de Lisboa em Alcochete”, (Anexo 20);
- 6.4.14 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE), para apresentar um Voto de Saudação ao “Dia Mundial do Professor e à sua Luta pela Escola Pública”, (Anexo 21);
- 6.4.15 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Bom (BE), para apresentar um Voto de Saudação ao “Dia Internacional da Memória Trans”, (Anexo 22);
- 6.4.16 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE), para apresentar uma Moção “Não deixar ruir a Escola António José Gomes Imperativo de Cidadania”, (Anexo 23);
- 6.4.17 – O Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD), para apresentar uma Moção “Um País para os Jovens – Isenção IMT”, (Anexo 24);
- 6.4.18 – O Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD), para apresentar uma Moção “Proteção Animal e o Legado de um Amigo Fiel”, (Anexo 25);
- 6.4.19 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Criação da Feira Municipal de Emprego em Almada”, (Anexo 26);
- 6.4.20 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Por mais Abrigos nas Paragens de Autocarro”, (Anexo 27);
- 6.4.21 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Urgente Requalificar as Habitações Sociais”, (Anexo 28).
- 6.5 – No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Margarida Ramires Paulos (PAN), João Eduardo Geraldês (CDU), Beatriz Leal Ferreira (PSD), Ana Margarida Lourenço (PS), António Pedro Maco (CDS-PP) e Luís Pedro Durão (PSD).
- 6.6 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:
- 6.8.1 – A Recomendação “Política Climática de Almada” foi votada por pontos tendo-se verificado a seguinte votação:
- 6.6.1.1 – Os considerandos foram aprovados por maioria com 37 votos a favor sendo dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram; 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e 1 voto contra do eleito do CDS-PP.
- 6.6.1.2 – A parte deliberativa foi aprovada por unanimidade.
- 6.8.2 – A Moção “Pelo Fim da Impunidade do Grupo CLIMÁXIMO” foi rejeitada por maioria com 32 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e 6 votos a favor sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.
- 6.6.3 – A Moção “Mais e Melhor Iluminação no Espaço Público” foi aprovada por unanimidade.
- 6.6.4 – A Moção “Em Defesa de uma Melhor Educação: 30 mil Alunos sem Professores” foi aprovada por maioria com 21 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD; 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 17 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica.

6.6.5 – A Moção “Sala de Estudo Noturna”, foi aprovada por maioria com 27 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e 11 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra.

6.6.6 – O Voto de Saudação ao “Dia Mundial dos Professores” foi votada por pontos tendo-se verificado a seguinte votação;

6.6.6.1 – Os considerandos foram rejeitados por maioria com 17 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 7 votos a favor sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 14 abstenções sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

6.6.6.2 – A parte deliberativa foi aprovada por maioria com 21 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD; 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 17 abstenções sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica.

6.6.7 – A Moção “Pela Rápida Implementação de Abrigos para os Utentes da Carris Metropolitana” foi rejeitada com 17 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 10 votos a favor sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 11 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra.

6.6.8 – A Moção “Pelo Fim do Massacre do Povo da Palestina! Por um Estado da Palestina Soberano e Independente”, foi aprovada por maioria com 32 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e 6 votos contra, sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.6.8.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), anunciou que apresentaria um Declaração de Voto por escrito.

6.6.9 – A Saudação “Vigília em Defesa do Serviço Nacional de Saúde – 11 de dezembro 2023”, foi aprovada por maioria com 21 votos favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 16 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 abstenção do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica.

6.6.10 – A Moção “Pelo Direito a Envelhecer com Direitos” foi aprovada por unanimidade.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- 6.6.11 – A Moção “75 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos” foi aprovada por unanimidade.
- 6.6.12 – A Moção “25 de Novembro – Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres” foi aprovada por unanimidade.
- 6.6.13 – A Moção “Pela Defesa do Novo Aeroporto de Lisboa em Alcochete” foi aprovada por maioria com 14 votos a favor, sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE; 4 votos contra dos eleitos do grupo Municipal do PSD e 1 da eleita do PAN; 20 abstenções sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica.
- 6.6.14 – A Saudação ao “Dia Mundial do Professor e à sua Luta pela Escola Pública “foi aprovada por maioria com 21 votos a favor, sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 17 votos contra, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões de Freguesias que o integra e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica.
- 6.6.15 – Voto de Saudação ao “Dia Internacional da Memória Trans”, ” foi aprovada por maioria com 35 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD; 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 2 votos contra 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 abstenção do 1 do eleito do CDS-PP.
- 6.6.16 – A Moção “Não deixar ruir a Escola António José Gomes Imperativo de Cidadania” foi aprovada por unanimidade.
- 6.6.17 – A Moção “Um País para os Jovens – Isenção IMT” foi aprovada por maioria com 18 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP; 17 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 3 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do BE.
- 6.6.18 – A Moção “Proteção Animal e o Legado de um Amigo Fiel” foi aprovada por maioria com 21 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 17 abstenções sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões de Freguesias que o integra e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica.
- 6.6.19 – A Moção “Criação da Feira Municipal de Emprego em Almada” foi aprovada por maioria com 27 votos a favor, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e 11 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra.
- 6.6.20 – A Moção “Por mais Abrigos nas Paragens de Autocarro” foi aprovada por maioria com 27 votos a favor sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e 11 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.6.20.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU) anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto por escrito.

6.6.21 – A Moção “Urgente Requalificar as Habitações Sociais” foi aprovada por unanimidade.

7 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Ficou consensualizado em reunião da Conferência de Representantes, a apreciação e votação dos pontos 3.1 e 3.6, relativos às propostas da Câmara Municipal sobre “Tarifário de Resíduos Urbanos e Taxa de Gestão de Resíduos para o ano de 2024” e “Tarifário para 2024 – SMAS Almada”.

7.1.1 – Para apresentar as propostas usou da palavra a Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira.

7.1.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta do ponto 3.1 da agenda, sendo aprovada por maioria, com 21 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes das Uniãos de Freguesia que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 17 votos contra sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP através da seguinte:

### DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo da alínea b), nº 1, do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, constante do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 1, do artigo 47º do Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos, Imagem, Limpeza e Higiene Urbana da Câmara Municipal de Almada, e do n.º 8, do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual, (este em virtude do parecer da ERSAR para o ano de 2024), aprova:

1. O seguinte Tarifário dos Serviços de Resíduos Urbanos, para vigorar em 2024, a partir do dia 1 de janeiro, condicionado à emissão de parecer da ERSAR,

<b>Estrutura Tarifária</b>	<b>2024</b>			
	<b>Utilizadores Finais</b>		<b>Tarifário Social</b>	
<b>Tarifa de disponibilidade</b>	<i>Domésticos</i>	2,0099€/mês 0,0670€/dia	<i>isenção da tarifa de Disponibilidade</i>	0€
	<i>Não domésticos</i>	3,1635€/mês 0,1055€/dia	<i>Aplicação da Tarifa de Disponibilidade dos Utilizadores Domésticos</i>	2,0099€/mês 0,0670€/dia
<b>Tarifa variável</b>	<i>Domésticos</i>	0,4434€/m3	<i>Consumos de água até 5 m3 €/m3</i>	0 €/m3
			<i>Consumos de água &gt; 5 m3</i>	0,4434€/m3
	<i>Não domésticos</i>	1,6771€/m3	<i>Aplicação da Tarifa Variável Utilizadores Domésticos</i>	0,4434€/m3
<b>Taxa de Gestão de Resíduos (por cada m<sup>3</sup> de água)</b>	0,1788€/m3			



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

2. O subsídio de 1.936.301€, correspondente ao impacto financeiro da aplicação dos tarifários sociais, nos termos do artigo 22.º do Regulamento nº 52/2018, que revê e república o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos.

Nos precisos termos da deliberação camarária de 30 de novembro que aprovou a proposta nº 2023-555-DPF.

7.1.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta do ponto 3.6 da agenda, sendo a proposta aprovada por maioria com 21 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes das Uniãos de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 17 votos contra sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP através da seguinte:

### DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova o tarifário para 2024 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento - SMAS, nos termos da alínea b) nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação camarária de 30 de novembro que aprovou a proposta nº 2023-559-GP.

7.1.3.1 – Os Senhores Deputados Municipais João Eduardo Galdes (CDU), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) e António Pedro Maco (CDS-PP), anunciaram que apresentariam Declarações de Voto por escrito.

7.2 – Ficou consensualizado em reunião da Conferência de Representantes, a apreciação e votação dos pontos 3.2, 3.3, 3.4 e 3.5, relativos às propostas da Câmara Municipal sobre “Fixação da Taxa de Derrama para cobrança em 2024, relativo ao Exercício Económico de 2023, “Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para o ano de 2024”, “Participação do IRS sobre os rendimentos no ano 2024” e “Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2023 (a cobrar em 2024)”.

7.2.1 – Para apresentar as Propostas usou da palavra a Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira.

7.2.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), José António Rocha (BE), João Eduardo Galdes (CDU), José Alberto Lourenço (CDU), Ana Margarida Lourenço (PS), António Pedro Maco (CDS-PP), Daniel Alexandre Silva (PS) e Luís Pedro Durão (PSD).

7.2.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta do ponto 3.2 da agenda, sendo aprovada por maioria, com 32 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes das Uniãos de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e 5 votos contra sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA; 1 abstenção do eleito do CDS-PP através da seguinte:

### DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo da alínea d), nº 1, do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais constante do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova:

1. O lançamento, para o ano de 2024, de uma derrama de 1,20% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), na parte relativa ao rendimento gerado na circunscrição do Concelho de Almada, ao abrigo do nº. 1 do art.º 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para fazer face ao esforço de investimento municipal, designadamente com os programas de regeneração urbana;

2. Aprova igualmente a isenção:

a) da taxa de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano de 2023 que não ultrapasse os 150 000€, ao abrigo do n.º 22, artigo 18.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

b) da taxa de derrama, por um período de 3 anos, para empresas que se tenham instalado no concelho de Almada durante o ano de 2023 e consecutivos e que tenham criado, e mantenham no período de isenção, no mínimo, 5 novos postos de trabalho;

c) da taxa de derrama, por um período de 5 anos, para empresas que se tenham instalado no concelho de Almada durante o ano de 2023 e consecutivos ligadas às áreas das Indústrias Criativas, das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica e do Turismo, listados por CAE no Anexo I à proposta.

Nos precisos termos da deliberação camarária de 30 de novembro que aprovou a proposta nº 2023-577-DPF.

7.2.4 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta do ponto 3.3 da agenda, sendo aprovada por maioria, com 35 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes das Uniões de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 3 abstenções sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP através da seguinte:

### DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2024, fixada em 0,25% sobre o total de faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, ao abrigo da alínea b), nº 1, do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais constante do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 3, do artigo 169º, da Lei nº 16/2022, de 16 de agosto, nos precisos termos da deliberação camarária de 30 de novembro que aprovou a proposta nº 2023-554-DPF.

7.2.5 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta do ponto 3.4 da agenda, sendo aprovada por maioria com 21 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes das Uniões de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 13 votos contra sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA; 4 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do eleito do CDS-PP através da seguinte:

### DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova a fixação da participação na percentagem de 3,5% no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Almada, relativa aos rendimentos do ano de 2024, ao abrigo da alínea c), nº 1, do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, constante do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação camarária de 30 de novembro que aprovou a proposta nº 2023-552-DPF.

7.2.6 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação por pontos da proposta do ponto 3.5 da agenda com os seguintes resultados:

7.2.6.1 – O ponto 1, foi aprovado por maioria com 21 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes das Uniões de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 17 votos contra sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP;

7.2.6.2 – O ponto 12, foi aprovado por maioria com 21 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes das Uniões de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 13



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

votos contra sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA; 4 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do eleito do CDS-PP;

7.2.6.3 – A restante proposta foi aprovada por maioria com 35 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes das Uniões de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 3 votos contra sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP através da seguinte:

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo da alínea d), n.º 1, do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais constante do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e do Código do Imposto Municipal de Transações Onerosas de Imóveis (CIMT), e com os artigos 44.º e 44.º B do Estatuto dos Benefícios Fiscais, e tendo em consideração a alínea a), do art.º 14.º e o n.º 2 do art.º 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, quer no que respeita ao IMI e IMT enquanto receita municipal, quer à capacidade do município de conceder isenções totais ou parciais dos impostos municipais, aprova:*

- 1. Fixar em 0,35% a taxa de IMI para os prédios urbanos, para vigorar em 2024 (art.º 112º, n.º 1, al. c) e n.º 5, do CIMI);*
- 2. Majorar em 30% a taxa do IMI para os prédios degradados, para vigorar em 2024 (n.º 8 do art.º 112º do CIMI);*
- 3. Aplicar o n.º 3 do art.º 112º do CIMI, para vigorar em 2024, que eleva as taxas previstas no n.º 1 do mesmo artigo ao triplo, nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e nos casos de prédios em ruínas;*
- 4. Sempre que os prédios que se encontrem devolutos há mais de um ano, os prédios em ruínas e os terrenos para construção inseridos no solo urbano e cuja qualificação em plano municipal de ordenamento do território atribua aptidão para o uso habitacional se localizem em zonas de pressão urbanística, a taxa prevista no n.º 1 será elevada ao décuplo e agravada, em cada ano subsequente, em mais 20%, de acordo com o n.º 1, do artigo 112º -B do CIMI, na sua atual redação;*
- 5. Sempre que o prédio urbano ou fração autónoma se destine a habitação e, no ano a que respeita o imposto, não se encontre arrendado para habitação ou afeto a habitação própria e permanente do sujeito passivo a taxa prevista no n.º 4 deverá aumentar em 50%, ou 100% quando o sujeito passivo do imposto seja uma pessoa coletiva ou outra entidade fiscalmente equiparada (n.º 3 do artigo 112º-B do CIMI, na sua atual redação).*
- 6. Fixar a redução em 15% da taxa de IMI, para vigorar em 2024, a aplicar aos prédios urbanos com eficiência energética, considerando como tal os classificados com A/A+, nos termos do disposto no DL 101-D/2020, de 8 de dezembro ou que, em resultado de obras de construção, reconstrução, alteração, ampliação e conservação de edifícios, a classe energética atribuída ao prédio seja superior, em pelo menos duas classes, face à classe energética anteriormente certificada (n.ºs 1 e 2 do artigo 44.º-B do EBF).*
- 7. Para os efeitos dos n.ºs 6 e 7 do artigo 112.º do CIMI, sem prejuízo de opção por outro regime mais favorável:*
  - a. Fixar as áreas territoriais correspondentes às zonas delimitadas de freguesias, conforme anexos à presente proposta e que se dão por integralmente reproduzidos;*
  - b. Minorar em 30% a taxa de IMI, para vigorar em 2024, para prédios localizados nas zonas fixadas na alínea a), cujos proprietários tenham comprovado, até 30 de setembro de 2023, a realização de obras efetuadas entre outubro de 2022 e setembro de 2023.*



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

*c. Manter a minoração de 30% para vigorar no imposto de 2024, a cobrar em 2025, para prédios localizados nas zonas fixadas na alínea a), cujos proprietários tenham comprovado, até 30 de setembro de 2024, a realização de obras efetuadas entre outubro de 2023 e setembro de 2024;*

*d. Aprovar a redução em 20% da taxa de IMI, para vigorar 2024, para os prédios habitacionais arrendados localizados nas zonas fixadas na alínea a), cujos proprietários hajam feito prova do respetivo arrendamento, junto da câmara municipal, até 30 de junho de 2023 (n.º 7 do art.º 112º do CIMI).*

*e. Manter a redução referida na alínea anterior, para vigorar no imposto de 2025, para os prédios habitacionais arrendados localizados nas zonas fixadas na alínea a), cujos proprietários hajam feito prova do respetivo arrendamento, junto da câmara municipal, até 30 de junho de 2024 (n.º 7 do art.º 112º do CIMI).*

*8. Isentar do IMI os prédios localizados em áreas de reabilitação urbana, que tenham sido objeto de ações de reabilitação, nos termos definidos no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, por um período de cinco anos a contar do ano, inclusive, da conclusão da mesma reabilitação, conforme Documentos Estratégicos das Áreas de Reabilitação Urbana, aprovados em Assembleia Municipal;*

*9. Ao abrigo do n.º 19 do artigo 112º do CIMI na sua atual redação, majorar a taxa de IMI dos prédios ou partes de prédios localizados em zona de pressão urbanística, conforme definidas na deliberação da Assembleia Municipal de 28 de março de 2023,*

*a) Em 100% nos casos em que estejam afetos a alojamento local;*

*b) Em 25% nos casos em que, tendo por destino a habitação, não se encontrem arrendados para habitação ou afetos a habitação própria e permanente do sujeito passivo.*

*c) A majoração, a que se refere o presente artigo, é elevada a 50% sempre que o sujeito passivo do imposto seja uma pessoa coletiva.*

*10. Isentar do Imposto Municipal de Transações Onerosas de Imóveis (IMT) as aquisições de prédio urbano, ou de fração autónoma, destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado, quando localizado na área de reabilitação urbana, conforme Documentos Estratégicos das Áreas de Reabilitação Urbana, aprovados em Assembleia Municipal;*

*11. Isentar do IMI, ao abrigo do estabelecido na alínea m) do n.º 1 do art.º 44.º do EBF, as coletividades de cultura e recreio, as organizações não-governamentais e outro tipo de associações não lucrativas, a quem tenha sido reconhecida utilidade pública, relativamente aos prédios destas entidades, quando estes se destinem ao prosseguimento direto dos seus fins, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;*

*12. Determinar, ao abrigo do n.º 1 do art.º 112.º-A do CIMI, na sua atual redação, a dedução em 140€ do IMI para o prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar cuja composição integre três ou mais dependentes, nos termos do Código do IRS.*

*13. Ao abrigo do n.º 9 do art.º 112º do CIMI, majorar ao dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono.*

*Nos precisos termos da deliberação camarária de 30 de novembro que aprovou a proposta n.º 2023-602-DPF.*

**7.3– Entrou-se no ponto 3.10 da agenda relativo à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento do Conselho Municipal do Desporto do Concelho de Almada”;**

**7.3.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra o Senhor Vereador Filipe Pacheco;**

**7.3.2 – No debate usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Lêdo (PS);**



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

7.3.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade através da seguinte:

**DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada, aprova o Regulamento do Conselho Municipal do Desporto do Conselho de Almada, nos termos da alínea g), do nº 1, do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 6 de novembro de 2023, que aprovou a proposta nº 2023-493-DDJ.*

**8** – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de setembro da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Segunda Reunião, prevista para 20 de dezembro, pelas 20H30.

**9** – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro, Filipe Pacheco, Nuno Matias, Débora Rodrigues, Gabriel Machado da Rosa, Maria das Dores Meira, António Matos, Helena Azinheira, Tiago David Galveia, Joana Mortágua.

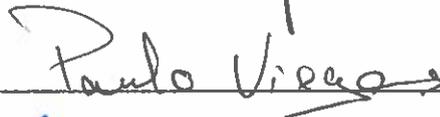
**10** – Foi verificada a presença de cerca de quinze munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

**11** – Por ser verdade se elaborou a presente Minuta de Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO



O 1º SECRETÁRIO



A 2ª SECRETÁRIA





## Voto de Pesar pelo Falecimento de José Luís Tavares

Faleceu no passado dia 22 de novembro José Luís Tavares. Nascido em Vila Nova de Gaia em 1936, veio para Lisboa em 1942, tendo fixado residência em Almada em 1943. Aqui fez a instrução primária e toda a sua vida futura.

A partir de 1952 integra-se no movimento associativo local, tendo praticado várias modalidades desportivas, colaborado em atividades culturais e participado nos corpos gerentes de algumas das coletividades mais importantes da cidade, como a Sociedade Filarmónica Incrível Almadense e o Ginásio Clube do Sul.

Em 1994, com outros elementos, fundou a Sociedade Cultural de Artes e Letras de Almada (SCALA).

José Luís Tavares foi e será também sempre uma referência no mundo da arbitragem portuguesa, tendo chegado à principal categoria nos anos setenta.

Um homem dedicado à causa, a qual viveu com enorme paixão. Além de árbitro foi dirigente, exercendo cargos de liderança nos quais defendeu a classe com inabalável firmeza.

É fundador do Núcleo de Árbitros de Futebol de Almada e Seixal, o NAFAS.

Foi presidente da Associação Portuguesa de Árbitros de Futebol (APAF) e pertenceu ainda à Comissão de Arbitragem da Liga de Clubes.

O legado que deixa é reconhecido não apenas pelos seus pares, mas também por todo o futebol nacional.

Foi medalha de Ouro de Mérito Desportivo da Câmara Municipal de Almada, em 1998.

Escreveu sobre a cidade tendo-nos deixado obras como “Almada minha”, onde referiu “Almada que tanto gosto e onde espero morrer”. O seu desejo realizou-se.

Da última vez que estivemos juntos disse-me: “Os que defendem a democracia têm que te ouvir, sobretudo se não gostarem do que dizes, porque democracia é isso mesmo.”

E com essas últimas palavras vou recordá-lo para sempre.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Chega propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 19, 20 e 21 de dezembro de 2023, expresse à família e amigos de José Luis Tavares as suas mais profundas condolências e observe um minuto de silêncio em sua memória.

Almada, 19 de Dezembro de 2023

Grupo Municipal do Partido Chega

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	19/12/2023
ANEXO Nº	1
ATA Nº	42/XII-3

Grupo Municipal Partido Chega  
Mandato de 2021/2025  
email: PartidoChegaAlmada@Gmail.com



## VOTO DE PESAR (Pelo falecimento de Sara Tavares)

Hoje é dia de chamar a música, título da primeira canção original de Sara Tavares, cantada em 1994 no Festival da Canção da RTP, que a lançou numa carreira artística de enorme destaque no panorama da música portuguesa dos últimos anos.

A Sara Tavares partiu dia 19 de novembro, cedo demais. Aos 45 anos calou-se a voz brilhante, límpida e envolvente de uma jovem mulher que, apenas com 16 anos, num concurso de talentos da televisão portuguesa, teve a ousadia de interpretar uma das vozes contemporâneas mais impressionantes da música norte-americana e de todo o mundo, que como a Sara, partiu também demasiado cedo do nosso convívio, Whitney Houston, naquele que foi o lançamento da Sara como artista e intérprete de reconhecida qualidade no nosso país e no estrangeiro.

Sara Tavares nasceu em 1978 em Lisboa, mas muito jovem veio viver para o Concelho de Almada, fixando residência com a sua avó na Freguesia do Pragal.

Não teve uma infância fácil, e a vida também não lhe foi fácil. Luís Osório, nos seus postais do dia, escreveu a 4 de setembro de 2023:

*"A Sara a quem a vida deu e tirou.*

*A quem a vida desafiou como se tudo isto fosse um jogo, como se o seu destino já estivesse desenhado numa qualquer roleta russa.*

*Deu-lhe tudo, retirou-lhe tudo.*

*E que perversa tem sido a vida para a Sara.*

*Sempre quente e fria.*

*Sempre a oferecer-lhe sonho, mas a acordá-la com pesadelos.*

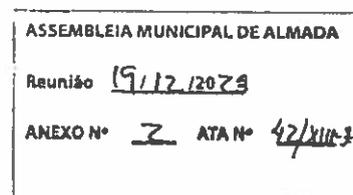
*Sempre a dar-lhe ilusões, mas a carregá-la de medo, de dúvida, de cansaço".*

Dia 19 de novembro, dois meses depois destas palavras terem sido escritas, a Sara partiu.

O Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere dirigir a toda a família da Sara Tavares, aos muitos e muitos amigos e admiradores deste talento musical e ser humano de generoso e solidário, as mais sinceras condolências e a mais profunda solidariedade, na convicção firme de que o seu talento, a sua criatividade, a sua obra, permanecerão presentes e perenes entre nós, e serão certamente exemplo e inspiração para muitos e muitas.

Continuará a dizer-nos, cantando, "coisas bonitas".

Cova da Piedade, 19 de dezembro de 2023  
O Grupo Municipal da CDU



**VOTO DE PESAR**  
**(Pelo falecimento de Margarida Tengarrinha)**

Faleceu no passado dia 26 de outubro, aos 95 anos de idade, Margarida Tengarrinha.

Margarida Tengarrinha desempenhou, ao longo de toda a sua vida, um importante papel na luta pela causa emancipadora dos Trabalhadores, da Juventude e das Mulheres.

Desde muito jovem participou ativamente nas lutas dos estudantes contra a Ditadura e de resistência antifascista tendo integrado a Direção Universitária do Movimento de Unidade Democrática, MUD Juvenil.

Membro do Partido Comunista Português desde 1952, nesse mesmo ano, ao assumir-se como ativista da luta em defesa da Paz, foi expulsa pelo governo fascista da Escola Superior de Belas Artes ao contestar a realização em Lisboa de uma reunião da NATO.

Em 1953 e em 1963 participou nos Congressos Mundiais de Mulheres, grandes ações internacionais de Mulheres em luta pela sua emancipação.

A partir do final do ano de 1954 prosseguiu a sua luta na clandestinidade. Com José Dias Coelho, seu companheiro e pai das suas filhas Teresa e Margarida, criou a "oficina" de produção de documentos de identificação e outros necessários à intervenção clandestina do PCP.

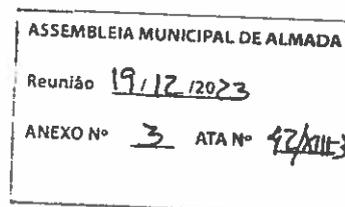
Após o assassinato a tiro pela PIDE, polícia política da ditadura, de José Dias Coelho, em 1962, Margarida Tengarrinha prosseguiu a sua luta contra o fascismo participando nas emissões da rádio e na redação da imprensa clandestinas Radio Portugal Livre e dos jornais Avante! e A Terra.

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, Margarida Tengarrinha integrou o Comité Central do PCP e foi deputada à Assembleia da República nas III e IV legislaturas acompanhando em particular a ação dos camponeses e dos assalariados agrícolas em defesa dos seus direitos.

Mulher de grande cultura, Artista Plástica de grande talento, Margarida Tengarrinha deixou-nos uma vasta obra inseparável da sua experiência de luta e das causas que abraçou.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal delibere expressar as mais profundas condolências e solidariedade à família, aos seus muitos e muitos amigos e camaradas, à Universidade Sénior de Portimão e ao Partido Comunista Português, pelo falecimento de Margarida Tengarrinha, relevando o exemplo da sua vida inteiramente dedicada à luta e intervenção emancipadora, pela liberdade, pela democracia, pelo progresso social, e pela Paz.

Cova da Piedade, 19 de dezembro de 2023  
O Grupo Municipal da CDU





### **Voto de pesar Pelo falecimento de Fernando Cruz**

No passado dia 7 de dezembro de 2023, faleceu aos 66 anos, Fernando Cordeiro Cruz, um arsenalista que enriqueceu o património humano, associativo e político de Almada.

Fernando Cruz foi trabalhador no Arsenal do Alfeite, onde durante décadas desempenhou as suas funções como técnico de grande valia, aliando sempre a prática ao estudo na procura das melhores soluções para o estaleiro.

Atento, solidário e participativo na defesa dos trabalhadores, foi membro da Comissão de Trabalhadores e acompanhou a Casa do Pessoal do Arsenal do Alfeite.

O Fernando foi um amigo e um companheiro de luta contra todos os tipos de discriminação e que desde sempre se insurgiu contra as injustiças, a exploração e o abuso do poder para com os trabalhadores.

No Arsenal do Alfeite, onde exerceu a sua atividade profissional durante décadas, participou sempre activamente nas lutas contra o abandono da empresa e dos seus trabalhadores pelo poder político.

No plano do associativismo, ao qual se dedicava, aceitou participar numa candidatura em 2020 aos órgãos sociais da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, SFUAP, onde era associado há mais de 50 anos, sempre fiel aos princípios do associativismo participava nas Assembleias gerais do Clube Recreativo da Ramalha e pertencia aos atuais órgãos sociais do Clube Recreativo Piedense.

Na Escola Emídio Navarro, que foi, como nos dizia a “Escola do Coração” onde concluiu o ensino secundário, completando em Maio de 2022 vinte cinco anos de associado da Associação dos Antigos Alunos da Escola Emídio Navarro.

No seguimento dos seus estudos frequentou no IST Instituto Superior Técnico o curso de engenharia Eletrotécnica.

No plano desportivo o Fernando Cruz foi jogador de andebol e posteriormente foi treinador de formação dos iniciados, infantis e juvenis do Grupo Desportivo da Quinta Nova entre outros.

Fernando Cruz foi o segundo candidato à Câmara Municipal de Almada nas listas do Bloco de Esquerda, tendo assumido o cargo de vereador em substituição por diversas vezes.

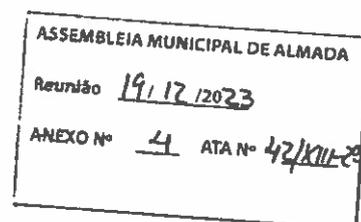
O Fernando inspirou-nos pela sua persistência e integridade, trazendo sempre um sentido de organização, de análise, de crítica construtiva e de compromisso valioso.

Os camaradas e a comunidade local recordam a sua grandeza de carácter, pelo seu companheirismo e solidariedade tão simples e inigualável.

É deste homem, generoso, afável, amigo e camarada que nos temos de despedir.  
Ficará para sempre nas nossas memórias.

Até sempre camarada Fernando Cruz!

**Assim, propõe-se que a Assembleia Almada, reunida nos dias 19, 20 e 21 de Dezembro de 2023, delibere expressar a seus filhos, esposa, irmã, restante família, amigos e camaradas as mais sentidas condolências.**





## **VOTO DE PESAR (Pelo falecimento de Manuel Gusmão)**

Manuel Gusmão nasceu em Évora, em 1945. Poeta, ensaísta, tradutor, crítico literário, professor universitário, foi um dos maiores nomes da literatura e da cultura portuguesa dos séculos XX e XXI.

A sua obra poética e ensaística foi amplamente reconhecida e premiada, tendo recebido, entre outros, o Prémio PEN Clube Português para melhor obra de poesia, em 1997, com “Mapas, o assombro e as sombras”, e em 2009, com “A Terceira Mão”, bem como o de ensaio, com “Finisterra – o Trabalho do Fim: recitar a Origem”, o Grande Prémio de Poesia da Associação Portuguesa de Escritores e o Prémio de Poesia Luís Miguel Nava, com a obra “Teatros do tempo”, em 2001, o Prémio de Poesia António Gedeão, em 2014, pelo “Pequeno Tratado das Figuras”, o Grande Prémio de Ensaio Eduardo Prado Coelho, por “Tatuagem e Palimpsesto: da Poesia em Alguns Poetas e Poemas”, ou o Prémio Vergílio Ferreira, pelo conjunto da sua obra literária, em 2005.

A sua atividade como professor universitário, ensaísta e crítico literário enriqueceu o panorama dos Estudos Comparados e da Teoria da Literatura.

Foi redator das revistas “O Tempo e o Modo”, “Letras e Artes”, “Crítica” e “Seara Nova” e fez parte do Conselho Editorial da Revista “Vértice”.

Foi distinguido pelo Estado português com a Medalha de Mérito Cultural, em 2019. Referiu então que a distinção era um “reconhecimento” da sua “militância cultural”, que se funde com a sua “militância política”.

Da sua poesia, profundamente ligada à vida, ao povo de onde emanou, libertou-se a sua aspiração a uma outra vida, a uma outra sociedade, a um outro mundo. Esta inserção do mundo na sua obra poética é, simultaneamente, a afirmação na poesia de um compromisso de emancipação assumido desde muito jovem e a impossibilidade de desligar o homem e o militante por uma nova sociedade, do poeta e do criador.

O seu contributo enquanto intelectual para a sociedade em que viveu foi muito para lá da estrita criação artística. A dimensão histórica, filosófica e política do seu pensamento contribuiu indelevelmente para a interpretação do tempo em que vivemos e para a compreensão histórica do papel dos trabalhadores, dos explorados, dos oprimidos, para a construção do seu dever coletivo. Manuel Gusmão foi um intelectual comprometido com o seu povo e com o seu tempo, matérias que davam corpo ao seu pensamento e à sua obra.

Militante do Partido Comunista Português desde maio de 1974, tinha ligação ao PCP desde 1971. Participou na luta contra o regime fascista, desenvolvendo essencialmente a sua atividade junto dos professores. Após o 25 de Abril de 1974 integrou a Comissão Diretiva Provisória do Sindicato dos Professores, eleita em 1974. Foi membro do Comité Central do PCP e da Direção da Organização Regional de Lisboa. Era atualmente membro da Comissão Nacional da Cultura junto do Comité Central.

Em 1975 foi eleito deputado à Assembleia Constituinte e foi membro da Assembleia da República entre 1976 e 1979. Foi ainda membro do Conselho da Comunicação Social.

Manuel Gusmão fala-nos da alegria, “contra todas as evidências em contrário”. Sabendo que a procurava sempre, e sempre com os seus camaradas e com os trabalhadores, porque “Nós somos a esperança que não fica à espera”.



Assim, o Grupo Municipal da CDU, propõe que a Assembleia Municipal de Almada expresse à família de Manuel Gusmão os mais sentidos pêsames pelo seu falecimento, assim como ao seu partido de sempre, o PCP.

Almada, 19 de dezembro de 2023  
O Grupo Municipal da CDU

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	19/12/2023
ANEXO Nº	5 ATA Nº 42/XII-3



Assembleia Municipal de Almada  
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

## **Voto de Pesar pelo falecimento de Sara Tavares**

“Ter peito e espaço pra morrer/Morrer de abraços”. Assim termina a música “Coisas Bunitas” de Sara Tavares, que nos deixou prematuramente, aos 45 anos, no passado dia 19 de novembro. Estas palavras encarnam o espírito de uma artista que sempre habitou a interseção de sons e de culturas, que abraçou os ritmos e a linguagem da sua cabo-verdiana e da diáspora africana sem nunca largar a poesia e a melancolia do também seu Portugal europeu.

Sara Alexandra Lima Tavares nasceu a 1 de fevereiro de 1978, em Lisboa. Contudo, foi em Almada, nomeadamente no Pragal, que cresceu e foi aqui que viveu. Dotada de um talento extraordinário, foi com a vitória na final do concurso “Chuva de Estrelas”, em 1994, com apenas 15 anos, que Sara Tavares se deu a conhecer ao público português. No mesmo ano, viria a cimentar o seu lugar incontornável na consciência nacional com a interpretação do tema “Chamar a música”, que lhe valeu a vitória no Festival da Canção e o muito honroso 8º lugar no Festival da Eurovisão. Ainda em 1994 foi agraciada com a Medalha de Prata de Mérito Cultural do Município de Almada.

Ao longo de uma carreira que se estendeu por quase três décadas, Sara Tavares criou uma extensa obra que inclui 5 álbuns de estúdio, tendo recebido uma nomeação para revelação nos prémios World Music da BBC Radio 3 com Balancê (2005) e uma nomeação para os Grammys Latinos com Fitxadu (2017), bem como inúmeras participações, entre os quais se destacam as suas inconfundíveis interpretações nas bandas sonoras portuguesas de filmes Disney como “O Corcunda de Notre Dame” ou “Hércules”, ou as suas colaborações com artistas como Ala dos Namorados (deu voz ao êxito de 1999, “Solta-se o Beijo”), Nelly Furtado, Paulo Flores, Ferro Gaita, Buraka Som Sistema, Carlão, Branko, Moullinex ou Slow J.

Sara Tavares deixa-nos um legado extraordinário, uma herança de empatia, de candura e de doçura, de uma voz suave, mas firme, assertiva, que nunca deixou



Assembleia Municipal de Almada  
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

que a sua obra fosse definida pela aquela chuva de estrelas. A pesquisa pela sua própria linguagem, pela sua verdade, que, como descreveu a própria, “não era o português do Paulo de Carvalho (...) do João Gil ou do Carlos Tê. E fui percebendo que não era também o crioulo da Cesária Évora, mas qualquer coisa entre o crioulo e o português. Então comecei a olhar para a minha mãe e para as pessoas próximas de mim, e a traduzir” abriu a porta para tanto e tantos.

Ocupa um lugar matriarcal neste espaço lusófono, abrindo portas para uma geração de artistas e músicos da diáspora africana – do Kalaf Epalanga ao Dino d’Santiago, da Mayra Andrade ao Slow J, do Carlão ao Branco – e que à sua imagem têm procurado trazer à luz esta Nova “Lisboa”, este Portugal Crioulo.

Sara Tavares cantou-nos “Diz-me que a minha carapinha te faz lembrar uma coroa de rainha/Diz-me ainda que nunca viste um sorriso igual ao meu, só meu” e hoje sentimos com agudez o vazio da precoce e permanente ausência desse inconfundível sorriso com que, ao longo de tantas gerações, nos presenteou.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 19, 20 e 21 de dezembro de 2023, expressa o seu mais profundo pesar pela morte de Sara Tavares, transmitindo à sua família, amigos, colegas e a todos os que foram inspirados pelas palavras e pela voz desta inconfundível artista, as mais sentidas condolências.

Almada, 19 de dezembro de 2023

*O Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	19/12/2023
ANEXO N°	6 ATA N° 42/XIII-3



Assembleia Municipal de Almada  
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

## **Voto de Pesar pelo falecimento de Francisco Leitão**

Faleceu no passado dia 15 de novembro Francisco José Cepêda Farinha Leitão, nascido a 5 de março de 1953 em Huíla, Angola tendo vivido grande parte da sua vida em Almada e residido na “sua Vila”, a Vila da Trafaria.

Licenciado em Engenharia de Segurança do Trabalho e Regente no Curso de Regentes Agrícolas que realizou em Angola, era Engenheiro Técnico Agrário de 1ª Classe do Quadro do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação.

Estagiou nos anos de 1972, 1973 e 1974 no posto de Culturas Regadas do Manquete do Gabinete do Plano (Angola) especialmente em trabalhos relacionados com a experimentação e cultura do arroz. Colaborou, simultaneamente, na instalação de ensaios de sondagem, adaptação e observação com 250 cultivares de arroz e efetuou seleção massal nas variedades que foram consideradas de maior interesse.

Em 1975 ingressou na Companhia de Cervejas do Sul de Angola em Sá da Bandeira, empresa privada onde desempenhou as funções de Chefe de Fabrico.

Veio para Portugal, no início de 1977, com a descolonização de Angola, tendo reingressado na Função Pública nesse mesmo ano.

Foi colocado no Centro Regional de Reforma Agrária de Santarém, trabalhando no Departamento de Associativismo, no Fomento do Associativismo em geral, no apoio técnico a Cooperativas de Produção Agropecuária e na Organização, Formação e Legalização de Cooperativas.

No plano de emergência para a Península de Setúbal realizou sessões com funcionários do Ministério dos Assuntos Sociais, a fim de dar um melhor apoio a agricultores com carências económicas e áreas reduzidas.



Assembleia Municipal de Almada  
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

Foi responsável do Programa Leite Escolar em toda a área da Zona Agrária - Escolas e Delegações Escolares.

Em 1996 foi responsável pelo Programa "INTEMPÉRIES 96" - levantamento e cálculo dos prejuízos causados pelas cheias.

Procedeu à instalação da Zona Agrária de Almada e Seixal sendo seu representante desde o ano de 1997, desenvolvendo todos os trabalhos de assistência técnica aos agricultores.

O seu trabalho de fomento de apicultura na área geográfica das duas Zonas Agrárias, ficou ligado à criação de uma Associação de Apicultores.

Foi professor de Hortofloricultura e Criação de animais e Formador.

Dinamizou uma horta pedagógica na Escola Secundária Alfredo dos Reis Silveira, no Seixal e foi animador de Educação Ambiental e monitor de agricultura biológica e gestão ambiental na Eco-Natura, responsável por duas Zonas Agrárias e membro inspetor de uma Brigada de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar - por reestruturação do Ministério da Agricultura foi transferido para a ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica) onde cumpriu funções no Departamento Técnico e Pericial.

Do vastíssimo percurso académico e profissional, destacam-se ainda as suas funções na Junta de Freguesia da Trafaria como Vogal Tesoureiro e substituto legal da Presidente de Junta, cargo que desempenhou com sentido de compromisso e entrega à sua comunidade de 2005 a 2013.

A ele ficam associadas, entre outras, as obras de requalificação e reabilitação do parque de merendas, do parque infantil e do polidesportivo da Trafaria; a obra de reabilitação do mercado municipal da Trafaria; a obra de requalificação e criação do Centro da Juventude da Trafaria; a requalificação do pequeno Jardim Urbano na Avenida Afonso Albuquerque; a ligação da estrada de acesso ao nó



Assembleia Municipal de Almada  
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

de Pêra e Estrada da Raposeira e a Luta contra a Instalação do Terminal de Contentores na Trafaria.

Enaltecemos as suas qualidades humanas, a sua atitude pedagoga junto dos Jovens, as suas preocupações ambientais e o muito saber que transmitiu e partilhou com a comunidade local. Generoso e progressista, Homem de afetos, dedicou muito do seu tempo para o desenvolvimento da Terra que escolheu para viver os últimos anos da sua vida - a Trafaria.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 19, 20 e 21 de dezembro de 2023, expressa o seu mais profundo pesar pela morte de Francisco Leitão, transmitindo à sua família – à esposa Laurinda e ao filho João - amigos, as mais sentidas condolências.

Almada, 19 de dezembro de 2023

*O Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA
Reunião 19/12/2023
ANEXO Nº 7 ATA Nº 42/III-3*

## **RECOMENDAÇÃO**

### **Política climática de Almada**

O ano de 2023 é o ano mais quente alguma vez registado na história, segundo o Copernicus (Programa de Observação da Terra da União Europeia), com uma temperatura de 1,4°C acima dos níveis pré-industriais. Pela primeira vez, o mundo registou um dia com a temperatura média 2°C acima da era pré-industrial, o dia 17 de novembro. O secretário-geral da Organização Meteorológica Mundial afirmou que o nível de gases de efeito estufa estão em patamares recorde, assim como o aumento do nível do mar e a redução no gelo marinho da Antártida. O relatório anual das Nações Unidas para o Meio Ambiente mostrou que no cenário mais otimista, a probabilidade de limitar o aquecimento a 1,5°C é de apenas 14%.

Temos testemunhado, cada vez com mais frequência tempestades mais fortes e devastadoras, inundações rápidas, secas extremas, dias de calor intenso e prolongado, incêndios assustadores e chuvas arrasadoras.

Chegados aqui, deve ser claro para todos, sobretudo para aqueles que têm responsabilidades políticas, que a mitigação e adaptação às alterações climáticas tem de ser uma das prioridades máximas da política pública, reconhecendo a situação de emergência climática.

A Lei de Bases do Clima define as bases da política do clima e determina que os municípios aprovam, em assembleia municipal, até ao final do ano de 2023, um plano municipal de ação climática. Para que seja consequente, este plano deve incluir um diagnóstico, assim como objetivos e estratégias para a redução do impacto ambiental dos diversos sectores da economia, nomeadamente: energia, transportes, recursos hídricos, resíduos, alimentação, floresta e espaços verdes, agricultura, indústria, comércio e serviços.

Almada tem em construção o Plano Climático 2030, que pretende a redução de emissões até 2030 e a neutralidade carbónica em 2050. Entendemos, no entanto, que 2030 ainda vai longe e que é necessário agir no imediato. Consideramos ainda que para que exista uma política

ambiental eficaz é necessário que seja realizado um diagnóstico das emissões de gases de efeito de estufa e dos setores que mais contribuem para essas emissões, devendo essa informação ser disponibilizada através de uma ferramenta digital pública, permitindo a sua monitorização pela sociedade civil. Devem ainda ser estabelecidas metas a curto, médio e longo prazo para os diferentes setores económicos, assim como as medidas a implementar para que essas metas sejam atingidas. Salienta-se ainda a necessidade de existir uma cidadania climática, com a participação dos cidadãos nos processos de elaboração e revisão dos instrumentos da política climática, cabendo aos decisores políticos a disponibilização de informação, de forma clara, sistematizada e de consulta fácil, a todos os cidadãos, assim como a promoção de uma educação climática.

**Face ao exposto, vem a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 19, 20 e 21 de dezembro de 2023, delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada:**

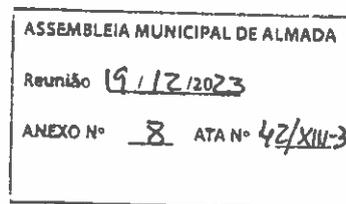
- A elaboração de um plano municipal de ação climática de acordo com a Lei de Bases do Clima que deverá ser aprovado em Assembleia Municipal e que inclua:
  - A identificação dos setores que mais contribuem para a emissão dos gases de efeito de estufa;
  - A medição das emissões carbónicas dos diferentes sectores económicos;
  - A definição de metas e estratégias para a redução dessas emissões por setor económico;
  - A divulgação dessa informação, atualizada regularmente, através de uma plataforma eletrónica acessível a todos os cidadãos.



Almada, 19 de dezembro de 2023

**Pessoas - Animais - Natureza**

(Deputada Municipal do PAN)





Excelentíssimo Senhor Presidente  
da Assembleia Municipal de Almada

Almada, 16 de Dezembro de 2023

### Moção Pelo fim da impunidade do Grupo CLIMÁXIMO

Considerando que:

1. Em 2015 foi criada uma organização denominada Climáximo cuja missão passa, aparentemente, por defender o meio ambiente no pressuposto que existe uma emergência climática no nosso planeta.
2. Este grupo integra diversas organizações internacionais, como a Climate Justice Action, Gastivists, Stay Grounded e Subvertisers International, caracterizadas pela desobediência e marginalidade, sob o pretexto da defesa do clima.
3. Declaram-se como um coletivo aberto, horizontal e anti-capitalista, advogando, entre outros, o desinvestimento em Forças de Segurança, Forças Armadas e indústria militar. São apologistas da participação ativa das crianças, a partir dos seis anos, nas decisões sobre a sua educação, a sua autonomia corporal e sobre a sua vida familiar.
4. Sob o alegado lema de sensibilização para a causa ambiental, os ativistas desta associação têm adotado práticas violentas e criminosas, prejudicando a população em geral e danificando propriedades públicas e privadas.
5. A defesa e a proteção do ambiente não podem estar associadas à criminalidade e delinquência.
6. As cidades têm sido alvo de ações violentas, incluindo ataques a ministros, obstrução de voos, vandalização de propriedades e interrupção do trânsito, prejudicando a normalidade e segurança públicas.
7. As ações de corte de estradas, destruição e vandalização da propriedade privada, causam inúmeros transtornos e prejuízos aos cidadãos e às cidades. Estes delitos efetuados de forma reiterada e organizada podem pôr em risco a vida de outros, como por exemplo ao impedirem a passagem de veículos em marcha de urgência.
8. Temos assistido a reiterados atos de vandalismo, praticados de forma alegadamente premeditada e irresponsável, os quais consideramos deverem ser devidamente investigados por forma a serem punidos de acordo com a correspondente gravidade. Esta quase impunidade dos ativistas tem vindo a gerar descontentamento e repúdio na população trabalhadora.
9. Os Municípios têm o direito de poder utilizar livremente o seu automóvel para fins profissionais ou pessoais sem obstáculos e não querem estar sujeitos a constantes desvarios deste grupo de marginais que se intitulam ativistas ou simpatizantes da Climáximo.



Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 19 de Dezembro de 2023, delibera na sequência da presente proposta do Grupo Municipal do Partido Chega:

- 1- Repudiar e condenar veementemente os autodenominados ativistas climáticos que praticam ações criminosas nas nossas cidades.
- 2- Instar o Governo para que junto das autoridades policiais, pugne pelo restabelecimento da normalidade, evitando bloqueios de estradas bem como a violação e destruição da propriedade privada.
- 3- Dar conhecimento desta Moção ao Ministério da Administração Interna, Ministério da Justiça e à Assembleia da República.

Grupo Municipal do Partido Chega

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	19/12/2023
ANEXO Nº	9
ATA Nº	42/XIII-3º



CDS-PARTIDO POPULAR  
MOÇÃO  
MAIS E MELHOR ILUMINAÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO

No concelho de Almada é frequente verificar-se locais onde a iluminação pública continua a ser deficitária, quer por deterioração do material quer mesmo por ausência de fontes de iluminação.

O sistema local de iluminação do espaço público é responsável e sinónimo de um espaço comunitário organizado, cuidado e voltado para a vivência colectiva da comunidade, sendo nos dias de hoje o reflexo de uma sociedade moderna e bem planeada.

A iluminação pública tende a oferecer uma maior fluência da vida em comunidade, atribuindo-lhe maior segurança e confiança servindo como factor inibidor de criminalidade, embelezamento dos espaços, identifica lugares e torna os espaços mais aprazíveis.

Também ao nível rodoviário e de circulação de pessoas e animais, a iluminação tem um papel preponderante na prevenção de acidentes e incidentes, tornando os espaços mais seguros e com mais visibilidade.

Com o passar dos tempos os sistemas de iluminação foram-se tornando mais amigos do ambiente fruto do desenvolvimento de novas técnicas de iluminação através de métodos mais económicos e mais sustentáveis, razão pela qual, não se justifica que não haja um maior investimento nas alternativas de iluminação pública substituindo e adaptando o que já está ultrapassado e implementando de novo nos locais identificados como necessários. O uso de sistema de leds, parece ser o mais adequado para as características actuais do terreno, com uma eficácia considerável e com um consumo muito mais baixo de energia.

Assim, é importante que as autarquias façam uso destas novas ferramentas que contribuem para uma maior sustentabilidade ambiental, que diminuam os recursos naturais e que seja menos oneroso quer para o erário público quer para os consumidores particulares.

Acontece que, no concelho de Almada, não obstante significativas melhorias ocorridas ao longo dos últimos tempos, ainda persistem em demasiadas localidades, em concreto em ruas, avenidas, vielas, becos, estradas e passadeiras, praças e rotundas, jardins e parques de diversão, paragens de transportes públicos, uma iluminação pública muito deficitária ou mesmo inexistente.

A falta de iluminação em muitos dos pontos atrás identificados são um factor crítico e um potencial perigo para o cidadão que pretende fazer uso do espaço público, e que deve ser corrigido com a máxima urgência.

Posto isto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 19, 20 e 21 de Dezembro de 2023, na localidade na Cova da Piedade, vem desta forma, recomendar à câmara municipal:

**1 - o reforço da substituição das antigas luminárias por tecnologia mais avançada e menos poluente para ao ambiente, nomeadamente com menos custos de energia que se repercutem no preço de consumo final**

**2 - exigir junto do executivo que identifique, trace e execute com urgência e em consonância com as juntas de freguesia do concelho, um plano de iluminação pública, corrigindo as falhas e erros que ocorrem por todo o concelho relativamente há falta e deficiente iluminação, potenciadora de insegurança incluindo a rodoviária.**

O Deputado Municipal do CDS-Partido Popular

Almada, 19 de Dezembro de 2023

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	19/12/2023
ANEXO Nº	10
ATA Nº	42/XIII-3 <sup>a</sup>



CDS-PARTIDO POPULAR  
MOÇÃO

EM DEFESA DE UMA MELHOR EDUCAÇÃO: 30 MIL ALUNOS SEM PROFESSORES

As exigências ao nível escolar são cada vez mais prementes quer por parte dos alunos quer por parte de professores, pais e encarregados de educação, num país que ainda tem muito para acrescentar à Educação.

A educação deve constar como um pilar civilizacional das sociedades modernas, tendo como objectivo preparar e formar cidadãos para o mercado de trabalho com conhecimento e aptidões que ajudem no desenvolvimento intelectual e social através dos princípios e valores de uma sociedade livre, com oportunidades e democrática. A escola deve ser um lugar de excelência onde se transmite conhecimento e se transfere o legado de gerações passadas para o futuro, garantindo a continuidade de princípios e valores humanistas baseados no respeito e sentimento de pertença à comunidade.

O investimento na educação deve fazer parte do leque de prioridades de cada Estado, colocando aos serviço dos cidadãos as adequadas condições sem discriminação da sua condição social, permitindo a todos dessa forma, o acesso a um ensino de qualidade.

Esse investimento na educação começa nas escolas e nas universidades e acompanha o aluno desde a sua fase de criança, passando pela adolescência até à entrada da idade adulta que acompanha e culmina normalmente com a entrada no mercado de trabalho.

Todavia, essa aposta na formação e educação dos jovens estudantes, só é possível se as escolas forem capazes de colocar à disposição um corpo docente preparado, com condições de trabalho e salários adequados às suas funções, funções essas, que devem ser valorizadas e priorizadas numa sociedade que se quer desenvolvida. Os professores têm de ser capazes de dar respostas aos desafios do ensino em Portugal, de forma a permitir uma aprendizagem por parte dos alunos centrada na eficiência e no aproveitamento escolar, mas, sobretudo, na formação direccionada para o oferta do mercado de trabalho.

O professor tem assim na comunidade um papel de reforçada importância, razão pela qual, o mesmo deve ter ao seu dispor todas as condições essenciais para exercer na sua plenitude o nobre trabalho que é ensinar, proporcionando aos alunos um adequado crescimento educacional, auxiliando na formação de homens e mulheres para a vida activa em sociedade.

Na realidade, as dificuldades da educação em Portugal, apesar das melhorias significativas das últimas décadas, ultrapassado que está o período de obscurantismo de outras épocas, há ainda muito por concretizar no plano da educação. Continuam em falta muitas escolas, muito equipamento e material escolar tal como serviços e recursos que dificultam a tarefas da comunidade educacional e que ajudam a estagnar e a atrasar os seus objetivos.

Também o corpo docente em pleno mês de Dezembro, e já com cerca de três meses de aulas volvidos, sofre na pele as amarguras de um sistema conturbado que não conseguiu

ainda dar as respostas adequadas e essenciais para melhorar quer a qualidade de trabalho quer a predisposição para que mais professores possam abraçar com paixão a área da educação.

As colocações longínquas, a dificuldade em obter habitação, os baixos salários ou as demais reivindicações dos professores no que respeita à sua situação contributiva tornam-se factores preponderantes para a desilusão e a falta de atratividade na profissão, prejudicando em grande medida aqueles que menos responsabilidades têm, os alunos.

Assim, volvidos cerca de três meses de aulas, são contabilizados quer por sindicatos quer pelos próprios professores, a ausência de profissionais para cerca de 30 mil alunos em todo o país, situação essa, que deve preocupar os responsáveis, nomeadamente, os próprios alunos e pais, perante uma tutela que não consegue resolver o problema.

Posto isto, e como Almada não é excepção relativamente aos problemas do ensino em Portugal quer em recursos físicos e equipamento quer em recursos humanos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 19 de Dezembro de 2023, na localidade da Cova da Piedade, **vem manifestar junto do Governo nomeadamente do Ministério da Educação, a preocupação pela falta de investimento adequado na educação que consiga colmatar e resolver os problemas actuais, nomeadamente a falta de professores, que implica que três meses depois de começar o ano lectivo, ainda haja um número elevado de alunos sem professores em disciplinas tão fundamentais como o português. No mesmo sentido, o presente órgão deliberativo, lamenta junto do Governo que não tenha sido dada ainda resposta à injustiça junto dos professores no que concerne à sua carreira contributiva e salários adequados à sua nobre função.**

O Deputado Municipal do CDS-Partido Popular

Almada, 19 de Dezembro de 2023

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	A/17/2023
ANEXO Nº	11
ATA Nº	42/XIII-3º



CDS-PARTIDO POPULAR  
MOÇÃO  
SALA DE ESTUDO NOCTURNA

Por forma a valorizar e ajudar os jovens estudantes do concelho na prossecução dos seus estudos, a criação de uma sala de estudos com condições adequadas com conforto e comodidade, a funcionar com horários alargados nomeadamente no período nocturno, deve constar como uma prioridade a implementar em Almada.

Os sucessivos adiamentos da proposta por parte do executivo municipal sem resolução na prática que leve à sua concretização, deixam um vasto grupo de alunos estudantes do concelho sem oportunidades de verem o seu horário de estudo alargado tal como existe em outros concelhos.

Com provas dadas de eficácia comprovada noutras localidades, a sala de estudo com horário alargado pela noite dentro, é um desejo e um imperativo que deve ser concretizado servindo os milhares de estudantes de Almada.

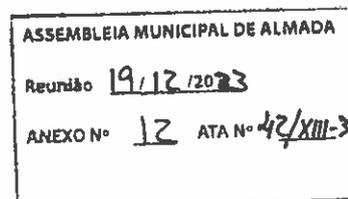
As autarquias devem assumir um papel complementar na educação a par do Estado, criando condições de acesso a um ensino mais inclusivo e democrático, colocando ao seu alcance um conjunto de medidas que melhorem as condições de aprendizagem de crianças e jovens.

Um equipamento como a sala de estudo, com acesso em horários alargados toda a noite, com acesso à internet, com capacidade para albergar um considerável número de estudantes, com comodidade e com segurança, faz falta no concelho e deve ser prioritário.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária no dia 19 de Dezembro de 2023, na localidade da Cova da Piedade, **relembra a Câmara Municipal de Almada da urgência em criar a sala de estudo com horários alargados durante a noite para que possa prestar um melhor serviço de apoio aos jovens estudantes do decurso dos seus estudos.**

O Deputado Municipal do CDS-Partido Popular

Almada, 19 de Dezembro de 2023





## **Voto de Saudação ao Dia Mundial dos Professores**

No dia 5 de outubro comemorou-se o Dia Mundial do Professor, instituído pela UNESCO em 1994, data que é comemorada em vários países do Mundo. Portugal não deve ser exceção. Este dia destina-se a fortalecer o papel dos docentes na formação das gerações futuras e a destacar a importância desta atividade profissional no desenvolvimento da sociedade e dos alunos.

Os Professores e Educadores são fundamentais na transmissão de conhecimentos, promoção de atitudes e valores, cultura e outras referências, contribuindo para a formação contínua daqueles que procuram aprender em diferentes idades e contextos de ensino.

O Grupo Municipal do CHEGA, ao apresentar este voto de saudação, visa valorizar o papel dos docentes e evidenciar as dificuldades enfrentadas por este setor.

Anualmente, a esperança de um início de ano letivo tranquilo é frustrada pela persistência de problemas como falta de recursos, envelhecimento da classe, desinteresse na carreira, a não contagem do tempo de serviço, falta de valorização social e profissional, indisciplina nas salas de aula, entre outros.

É imperativo, em conjunto com todos os profissionais da educação, desenvolver uma política educacional que promova o desenvolvimento do país e do concelho, implementando medidas simples e imediatas, como a redução da burocracia e o reforço dos recursos humanos.

No concelho de Almada, existem problemas específicos que necessitam de resolução urgente como a falta de docentes, uma vez que estes não conseguem, em função das remunerações recebidas, por exemplo, fazer face à despesa de arrendar ou comprar uma habitação, pois em virtude da distância torna-se impossível um retorno diário para junto das famílias, verificando-se já neste início de ano letivo falta de professores em diversas disciplinas.

Com naturalidade, apresentamos esta Proposta de Voto de Saudação a todos os Professores e Educadores em comemoração do Dia Mundial do Professor. Destacamos a classe pelo seu investimento na formação dos alunos, promovendo a excelência profissional em diversas áreas e moldando cidadãos ativos com impacto significativo na Sociedade.

Saudamos calorosamente todos os Educadores e Professores, reconhecendo sua dedicação incansável e trabalho árduo em prol do desenvolvimento económico, social e cultural dos Almadenses.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 19 de Dezembro de 2023, delibera na sequência da presente proposta do Grupo Municipal do Partido Chega:

1. Congratular e enaltecer o trabalho desenvolvido pelos professores no concelho de Almada;



2. Enviar a presente saudação à Câmara Municipal de Almada, ao Ministério da Educação, ao Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), à Federação Nacional dos Professores (FENPROF), à Federação Nacional de Educação (FNE) e ao Sindicato de Todos os Professores (STOP).

Almada, 19 de Dezembro de 2023

Grupo Municipal do Partido Chega

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	19/12/2023
ANEXO Nº	13 ATA Nº 42/XIII-3



Excelentíssimo Senhor Presidente  
da Assembleia Municipal de Almada

Almada, 16 de Dezembro de 2023

### **Moção pela rápida implementação de Abrigos para os Utentes da Carris Metropolitana**

Vivemos tempos desafiantes, marcados por uma acentuada escalada nos preços dos combustíveis e por um aumento generalizado no custo de vida, refletidos nos índices crescentes de inflação.

De um ponto de vista ambiental a promoção da utilização dos transportes públicos deverá ser uma prioridade, de forma a incentivar hábitos mais ecológicos entre os almadenses e a promoção de práticas mais sustentáveis, especialmente no contexto da crescente consciencialização ambiental.

Neste cenário, é imperativo que a classe política adote medidas que visem a concretização deste desígnio.

No entanto, é com preocupação que observamos a persistência de uma lacuna importante na infraestrutura urbana: a falta de abrigos nas paragens da Carris Metropolitana em Almada. A ausência dessas estruturas compromete não apenas o conforto dos utilizadores, mas também a segurança, sobretudo em momentos de adversidade climática.

É crucial salientar que, segundo a Carris Metropolitana, a responsabilidade pelo mobiliário urbano, incluindo abrigos, recai sobre a autarquia.

Neste sentido, torna-se evidente que a Câmara Municipal de Almada é a entidade responsável pela instalação destes abrigos. No entanto, apesar da clara responsabilidade camarária, a implementação das promessas feitas pelo executivo local neste domínio parece ter sido adiada, deixando a população desamparada perante as condições climáticas adversas.

A proposta aprovada nesta mesma assembleia a 28-12-2022 ainda não deu qualquer fruto.

Faz 1 ano que este executivo teve a aprovação desta assembleia para a implementação e nada está visível para os almadenses além da incapacidade deste executivo.

Num momento em que a resposta coletiva se impõe para enfrentar os desafios económicos e ambientais, a criação de uma infraestrutura adequada para os utilizadores dos transportes públicos não é apenas uma necessidade prática, mas uma demonstração tangível do compromisso da autarquia para com o bem-estar dos cidadãos.



Assim, instamos o executivo da Câmara Municipal de Almada a cumprir as suas obrigações e a concretizar a colocação dos abrigos nas paragens da Carris Metropolitana. Esta ação não apenas corresponderá ao compromisso assumido, mas também contribuirá para a melhoria significativa das condições de mobilidade da população, respeitando o direito de todos a um transporte público seguro, digno e eficiente.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 19 de Dezembro de 2023, delibera na sequência da presente proposta do Grupo Municipal do Partido Chega:

1. A Assembleia Municipal de Almada delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada a adoção de todas as medidas necessárias para assegurar a instalação eficaz de abrigos nas paragens da Carris Metropolitana em todo o concelho;
2. Que a implementação deste projeto seja realizada de forma gradual, priorizando as paragens junto a escolas básicas, centros de saúde e outros locais de grande afluência de passageiros;
3. O fomento de políticas que incentivem a utilização de transportes públicos, contribuindo para a mobilidade sustentável e a descarbonização do concelho;
4. Dar conhecimento desta Moção à Carris Metropolitana e à Comissão de Utentes de Transportes da Margem Sul.

Almada, 19 de Dezembro de 2023

Grupo Municipal do Partido Chega

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	19/12/2023
ANEXO Nº	14 ATA Nº 42/XIII-3



**MOÇÃO**  
**(Pelo fim do massacre do Povo Palestino!**  
**Por um Estado da Palestina soberano e Independente!)**

No passado dia 29 de novembro, celebrou-se o Dia Internacional de Solidariedade com o Povo da Palestina. A data é celebrada desde 1977, assinalando e lembrando o conteúdo da Resolução 181 sobre a Partilha da Palestina, adotada pela Assembleia Geral da ONU nesse dia.

Depois de sete dias de cessar-fogo, durante os quais centenas de detidos foram libertados, Israel retomou os ataques na Faixa de Gaza, com bombardeamentos aéreos e operações terrestres de grande intensidade.

Em 72 dias de agressão ao povo palestino (cumpridos no domingo, 17 de dezembro), foram mortas quase 19.000 pessoas, das quais 70% (13.300) são mulheres e crianças. O massacre em curso na Faixa de Gaza é, de longe, o mais sangrento das últimas décadas.

O Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, alertou recentemente para o facto de não haver já nenhum sítio seguro em Gaza. O mesmo fez a organização Save the Children, que há décadas trabalha nos territórios palestinos ocupados; de acordo com esta organização, mais de um milhão de crianças – todas as que vivem naquele território – estão hoje em risco de vida. Muitas das crianças que sobreviverem às bombas e às operações terrestres morrerão de doenças, fome e desidratação, se a ajuda humanitária continuar a ser substituída por armas.

A Agência das Nações Unidas para os Refugiados Palestinos (UNRWA) confirmou a morte, até ao momento, de 130 dos seus funcionários na Faixa de Gaza. Confirma ainda que 1,9 milhões de pessoas – 85 por cento da população – foram forçadas a abandonar as suas casas. Destas, quase 1,2 milhões estiveram ou estão refugiadas em 156 instalações da Agência em condições sub-humanas. A falta de saneamento adequado, levou a um aumento maciço de doenças. Foram já registados mais de 60 mil casos de diarreia em crianças menores de cinco anos, e mais de 160 mil casos de infeções respiratórias agudas. Sarna, erupções cutâneas, varicela e até meningite estão a aumentar, juntamente com traumas graves e lesões na coluna vertebral.

Entretanto, os profissionais de saúde não dispõem de equipamentos, material e medicamentos básicos. O responsável da agência de saúde da ONU sublinhou que era imperativo tornar novamente funcional o sistema de cuidados de saúde primários, e trazer de volta a saúde materno-infantil, os cuidados obstétricos, o tratamento de doenças não transmissíveis, a oncologia e o apoio à saúde mental, entre outros.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, só num mês “foram registados mais de uma centena de bombardeamentos a serviços de saúde em Gaza, resultando em milhares de mortes e feridos entre a população, incluindo centenas de profissionais de saúde em serviço”.

A paz só será possível com justiça para o povo palestino, com o respeito pelo direito internacional, com a concretização de uma solução política através do cumprimento das relevantes resoluções da ONU, com o fim da política de ocupação e opressão por parte de Israel.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

1. Manifestar o mais profundo pesar pelas vítimas da atual escalada de violência na Palestina e em Israel, em resultado de 75 anos de negação dos direitos do povo palestino e de violações do direito internacional por parte de Israel.
2. Apelar ao cessar-fogo imediato e permanente.



3. Garantir a ajuda humanitária e a reconstrução da Faixa de Gaza.
4. Apelar à libertação de todos os detidos e sequestrados.
5. Afirmar a necessidade de uma solução política que garanta a concretização do direito do povo palestino a um Estado soberano e independente, com as fronteiras de 1967 e capital em Jerusalém Oriental, e a efetivação do direito ao retorno dos refugiados, conforme as resoluções pertinentes da ONU.

Cova da Piedade, 19 de dezembro de 2023

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	19/12/2023
ANEXO Nº	15
ATA Nº	42/2023-3º



## SAUDAÇÃO (Vigília em defesa do Serviço Nacional de Saúde – 11 de dezembro de 2023)

As Comissões de Utentes da Saúde de Almada e Seixal realizaram, no dia 11 de dezembro passado, uma vigília junto ao Hospital Garcia de Orta (HGO), que contou com a participação de dezenas de utentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Os utentes do SNS exigem a adoção de medidas imediatas que assegurem o acesso pleno às Urgências do HGO, bem como o funcionamento permanente dos serviços de pediatria, que atualmente encerram em período noturno (entre as 20h00 e as 08h00), e dos serviços de obstetrícia e ginecologia encerrados durante o fim de semana (entre as 20h00 de sexta-feira e as 8h00 de segunda-feira), sem que se perspetive a resolução do problema a curto prazo por parte do Ministério da Saúde.

O HGO serve as populações dos Concelhos de Almada e do Seixal, no total de 343.793 habitantes.

Diariamente, durante a noite os pais são obrigados a recorrer a um hospital em Lisboa numa emergência com os seus filhos, sem saber qual o hospital de referência, ou a recorrer a um serviço privado onerando o orçamento familiar. Também diariamente, os utentes estão horas intermináveis à espera de uma consulta nas urgências e/ou grávidas em elevado estado de ansiedade face à incerteza do local de parto.

Os centros de saúde encerram às 20h00 e aos fins de semana, não dando resposta nestas e outras situações, necessitando os utentes de se deslocarem ou serem encaminhados para os Hospitais de Lisboa, que em situação normal infelizmente já funcionam sob pressão, agravando-se a situação todos os dias com a necessidade de dar resposta a doentes fora da sua área de influência.

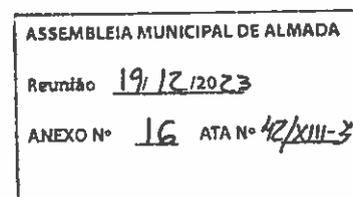
As Comissões de Utentes de Almada e Seixal expressam a sua profunda preocupação face a esta situação, e reclamam mais e melhores condições de trabalho para os profissionais de Saúde. O SNS é basilar no garante do Direito Universal à Saúde, para todos!

Para resolver os problemas com que se deparam os utentes de Almada e Seixal, é imperativa a construção de um novo Hospital no Seixal, que venha aliviar o serviço em Almada, um maior investimento nos cuidados de saúde primários e a contratação de mais profissionais de saúde com melhores condições para dar uma resposta de qualidade e atempada às necessidades da população destes dois concelhos.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal delibere:

1. Saudar as Comissões de Utentes da Saúde de Almada e Seixal pelo seu papel na luta pela garantia de um SNS gratuito, de qualidade e para TODOS.
2. Manifestar solidariedade com a ação de luta e futuras reivindicações destas Comissões da Saúde pela exigência do DIREITO À SAÚDE, que passa pelo investimento necessário na Saúde para a melhoria dos Cuidados de Saúde Primários, para a melhoria dos Cuidados Hospitalares e para a construção de uma rede robusta e de qualidade de Cuidados Continuados.

Cova da Piedade, 19 de dezembro de 2023





## MOÇÃO (Pelo direito a envelhecer com direitos)

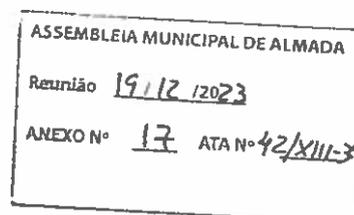
A Confederação Nacional de Reformados Pensionistas e Idosos (MURPI) está a promover, em todo o país, a recolha de assinaturas para uma petição dirigida à Assembleia da República, através da qual os signatários, que são já alguns milhares, reclamam a adoção das necessárias medidas no sentido da criação de uma Rede Pública de Lares, capaz de responder às necessidades reais dos idosos, combatendo e eliminando as atuais listas de espera que se registam para ingresso nas instituições que prestam este serviço, assegurando o pagamento de mensalidades compatíveis com os rendimentos auferidos pelos idosos e reformados, e garantindo serviços de qualidade a que todos os idosos, pensionistas e reformados têm direito, reclamando ainda o reforço das diferentes valências da Rede de Equipamentos e Serviços de Apoio à Terceira Idade.

Os peticionários sublinham que o direito a envelhecer com direitos, pressupõe o respeito integral pelos direitos dos reformados pensionistas e idosos em diferentes domínios, como a valorização real das suas pensões, o direito à saúde, e a existência de uma rede pública de equipamentos e serviços de apoio que assegure, nas múltiplas valências de deve ser dotada – apoio domiciliário, centro de dia, centro de convívio e lar, entre outras –, uma resposta digna e de qualidade às necessidades específicas dos mais idosos.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

1. Registrar e reconhecer a importância da iniciativa peticionária da Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) no sentido da promoção da melhoria das condições e qualidade de vida dos muitos milhares de idosos em Portugal.
2. Expressar a sua solidariedade ativa com a luta pela concretização das reivindicações contidas na petição em curso, apelando a todos quantos solidariamente adiram e se reconheçam no seu conteúdo, que expressem essa sua adesão assinando o texto da petição.

Cova da Piedade, 19 de dezembro de 2023  
O Grupo Municipal da CDU



## Moção

### 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Foi no dia 10 de dezembro de 1948 que foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Elaborada a partir de 1946, na sequência da devastação brutal da 2ª guerra mundial desencadeada pelo nazi-fascismo, a DUDH é constituída por 30 artigos que exprimem os direitos fundamentais para uma sociedade democrática:

**“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos...”** é o conteúdo do artigo 1º. O artigo 5º proclama que **“Ninguém será submetido a tortura nem a punição ou tratamento cruéis, desumanos ou degradantes”**.

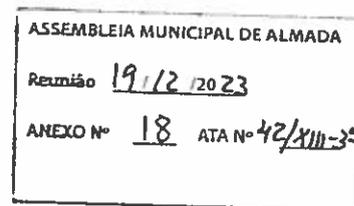
O artigo 9º declara que **“Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado”**. No artigo 14º é estipulado que **“Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países”**. Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, dispõe o artigo 19º. **O direito ao trabalho e a uma remuneração equitativa e satisfatória que permita uma existência conforme a dignidade humana, o direito sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual bem como o direito de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses, estão previstos no artigo 23º. “Toda a pessoa tem direito à educação”, que deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental, prescreve o artigo 26º.**

O aumento da fome e da pobreza, as desigualdades sociais e o discurso de ódio da extrema-direita afrontam os direitos económicos e sociais de centenas de milhões de pessoas. Para além dos riscos que afetam a humanidade como as alterações climáticas, a perda da biodiversidade e a poluição causadas por um modelo económico baseado na utilização de combustíveis fósseis, as Nações Unidas têm destacado que o racismo e a discriminação, a violência sobre as mulheres, o tráfico de pessoas, o trabalho infantil, o casamento forçado, as terríveis atrocidades cometidas nas guerras em curso, a crueldade de tantos governantes perante o sofrimento dos que tentam atravessar o Mediterrâneo para escaparem às perseguições e à miséria nos seus países ou a falta de habitação adequada, segura e a preço acessível para milhões de pessoas são algumas das situações intoleráveis que refletem a violação da Declaração Universal dos Direitos Humanos por parte de inúmeros governos.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dia 19, 20 e 21 de dezembro de 2023, Delibera:

**-Saudar o 75 º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e incitar todos os órgãos de governo nacional e local a assumirem o compromisso de integral respeito dos Direitos Humanos, sejam civis, culturais, económicos, políticos ou sociais**

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda





**Bloco de Esquerda**

**Assembleia Municipal de Almada**

### **Voto de saudação**

## **25 de Novembro - Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres**

No dia 25 de novembro assinalou-se o dia internacional pela eliminação da violência contra as mulheres.

Dados mundiais indicam que uma em cada três mulheres já foi alvo de violência física e/ou psicológica e, em geral, são os seus próprios companheiros ou ex-companheiros os agressores. Atrás destes números estão mulheres e raparigas reais, de todas as origens e lugares.

Em Portugal, a violência de género é estrutural e evidente a cada ano que passa. Só no primeiro semestre de 2023, de acordo com dados oficiais, foram assassinadas 10 mulheres, 7 das quais “vítimas de homicídio voluntário em contexto de Violência Doméstica” .

Segundo dados do Observatório das Mulheres Assassinadas, em 2022, 35 mulheres foram assassinadas em Portugal. Já nos primeiros nove meses de 2023, foram assassinadas 14 mulheres no mesmo contexto. Os femicídios, assassinato de mulheres por serem mulheres, são o resultado de um contexto de várias violências, tantas vezes ignoradas e silenciadas.

O Relatório Anual de Segurança Interna mais recente revela que, em 2022, foram registadas 30.488 queixas de violência doméstica, um aumento de 15% face ao ano anterior. A marca de género desta violência é evidente. Mulheres e raparigas representam a esmagadora maioria das vítimas deste crime (72,4%), enquanto que a maioria dos denunciados são homens (80,2%).

Ao nível dos crimes sexuais, continua a destacar-se o abuso sexual de crianças (onde as meninas representam 82% dos casos e 93.5% dos arguidos são homens) e o crime de violação, com 519 denúncias (uma subida de 30,7% face ao ano anterior) das quais 93,6% dizem respeito a vítimas mulheres e 97,7% a arguidos homens .

Não devemos esquecer que o risco de se ser alvo de violência aumenta quando o género feminino se cruza com outras identidades oprimidas. Dados relativos aos países da União Europeia indicam que 34% das mulheres com problemas de saúde ou com deficiência já foram agredidas física e/ou sexualmente por um companheiro. Acresce que Portugal é um dos três países da UE que ainda faz esterilização de meninas.

Em Portugal registaram-se ainda 190 registos de Mutilação Genital Feminina em 2022, com consequências para a saúde destas mulheres. As mulheres migrantes sofrem também uma violência estrutural. De igual forma, os dados mundiais de 2022 relativos à violência contra pessoas trans mostram que 95% das assassinadas eram do género feminino.

Estamos perante dados nacionais e mundiais que não representam uma novidade, mas que todos os anos devemos lembrar para que não se caia na armadilha daqueles que continuam a dizer que está tudo bem, quando a violência contra as mulheres continua a ser exercida sobre várias formas.

De igual forma, no plano municipal devem continuar a envidar-se todos os esforços para que existam políticas públicas não só de prevenção da violência, mas também de apoio.

Eliminar a violência contra as mulheres é condição incontornável para uma sociedade justa e igualitária: os direitos das mulheres são direitos humanos. A tarefa de reforço da sensibilização, proteção e resposta aos crimes de violência doméstica e de género é uma tarefa nacional e local, de todos e todas nós.

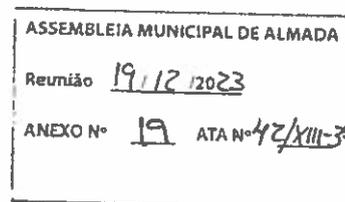
Este deve ser também um compromisso da Câmara Municipal de Almada

Assim: propõe-se à Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 19, 20 e 21 de Dezembro de 2023, delibere:

**1 Saudar o dia 25 de novembro Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres e a pertinência da luta pelos direitos das mulheres e o trabalho de todas e todos aqueles que fazem da luta pela eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres condição fundamental para o respeito pelos Direitos Humanos e para uma sociedade livre, democrática e igualitária.**

**2 Prestar homenagem a todas as mulheres assassinadas em contexto de violência doméstica, reconhecendo a necessidade de combater a misoginia e a violência de género em todas as esferas da sociedade.**

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda





**Bloco de Esquerda**

**Assembleia Municipal de Almada**

## **Moção**

### **Pela defesa do novo aeroporto de Lisboa em Alcochete**

No início de dezembro de 2023, foi divulgado o relatório da Comissão Técnica Independente a avaliar as várias opções para a localização do novo aeroporto de Lisboa. Os técnicos apontam o Campo de Tiro de Alcochete como a “única solução viável”, recomendando uma operação dual, com a conjugação do aeroporto Humberto Delgado/Portela com um novo aeroporto complementar, até o mesmo ter a capacidade de assumir singularmente a totalidade do serviço. É o culminar de um longo caminho sobre um dos maiores debates nacionais, vastamente atrasado pela promiscuidade entre a política e os negócios, comprometendo a estratégia pública em prol dos interesses privados. O culminar veio a dar razão ao Bloco de Esquerda.

A escolha da localização do novo aeroporto de Lisboa é uma matéria de enorme relevância, não só a nível nacional e da área metropolitana, como também para o distrito de Setúbal e para o concelho. Ainda assim, esta é uma decisão que se arrasta há anos, revelando-se uma profunda irresponsabilidade dos decisores políticos sobre os projetos estratégicos do país.

Durante o governo de José Sócrates, por sugestão da CIP, Alcochete foi submetida a uma avaliação ambiental estratégica e escolhida como a melhor opção. Com a privatização da ANA, o governo de Passos Coelho submeteu-se à opção Montijo. Em 2018, António Costa dizia que o aeroporto no Montijo era “irreversível”.

Em janeiro de 2019, o Governo PS assinou um contrato com a ANA, para expandir a capacidade do aeroporto da Portela e construir um aeroporto complementar no Montijo. O contrato previa 520 milhões de euros para o aeroporto do Montijo e 650 milhões de euros para o aeroporto Humberto Delgado. Ficava claro que a prioridade da concessionária Vinci, liderada por José Luís Arnaut, era expandir a galinha dos ovos de ouro – a Portela – e gastar o mínimo possível numa infraestrutura alternativa.

Em fevereiro de 2020, tanto António Costa como Pedro Nuno Santos diziam não haver “plano B” ao Montijo. O que aconteceu depois foi uma sucessão de quase acasos – o Governo esqueceu-se de uma lei que dava poder de veto às autarquias sobre investimentos com impacto nos seus territórios, e algumas vetaram. Em troca de uma promessa de alteração dessa lei, António Costa comprometeu-se com Rui Rio a fazer um estudo comparativo (Avaliação Ambiental Estratégica) entre várias localizações. Apesar do episódio do despacho do gabinete de Pedro Nuno Santos revogado pelo Primeiro-Ministro, o negócio sempre passou pelo acordo do bloco central, responsável pelo atraso do país em tantos projetos essenciais, sempre em nome dos negócios com grandes capitais estrangeiros.

A opção pelo Montijo nunca foi uma opção estratégica, porque teria sido escolhido apenas para aumentar rapidamente a capacidade da Portela. O Montijo, com enorme prejuízo ambiental e consequentemente prejuízo para as populações, não passaria de um dano colateral da decisão de negócio entre a ANA e o aeroporto da Portela. Esta solução era simplesmente a mais barata, que não envolveria qualquer investimento dos acionistas, estando desenhada para ser paga apenas com as receitas aeroportuárias do aeroporto de Lisboa.

A localização de Alcochete já havia sido estudada em 2009, com uma avaliação positiva face à sua capacidade de expansão, por estar numa área de domínio público e a localização próxima de Lisboa. O recente relatório reforça a viabilidade desta localização, sendo a opção com os menores constrangimentos no espaço aéreo, o maior impacto macroeconómico - com um efeito muito favorável desde o emprego e riqueza gerada à receita média por passageiro – e com o menor impacto em termos de poluição atmosférica e sonora, relevante tanto ao nível ambiental, como ao nível dos efeitos na população em redor. Tem ainda a vantagem na acessibilidade ferroviária, uma vez que a ligação ao aeroporto pode ser feita com uma retificação do traçado de uma linha de Alta Velocidade já prevista e a construção da Terceira Travessia do Tejo, já integrada no Plano Ferroviário Nacional.

Mediante a divulgação do relatório, António Costa diz que a decisão política vai ser entregue a uma comissão técnica independente, mas afinal a mesma não conta para muito, remetendo a decisão final para o próximo Governo. Luís Montenegro diz que o PSD vai criar um grupo de reflexão interno no partido. Os debates estruturais do país não podem continuar a arrastar-se indeterminadamente. É preciso estar à altura das grandes decisões.

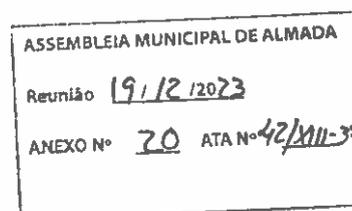
O Bloco de Esquerda tem defendido a localização de Alcochete para o novo aeroporto, frisando que esta é a única opção responsável ambiental e estrutural. O relatório independente deu razão ao Bloco de Esquerda e à necessidade de resistirmos aos caprichos dos negócios que vendem o nosso país à custa do ambiente e das populações

O Município deve assumir uma posição clara sobre uma opção mais ponderada na esfera ambiental, económica e estratégica. Alcochete é essa opção, cumprindo os critérios de segurança e capacidade das operações de tráfego aéreo, sustentabilidade dos recursos naturais, conservação da natureza e biodiversidade, sistema de transportes terrestres e acessibilidade, ordenamento do território e desenvolvimento. Esta sempre foi a conclusão mais óbvia. Os interesses privados não podem estar acima do interesse público.

**Assim, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 19, 20 e 21 de dezembro de 2023, delibere:**

- 1. Apoiar a localização de Alcochete para a construção do novo aeroporto de Lisboa;**
- 2. Recomendar à Câmara Municipal de Almada que tome a posição de apoio à localização de Alcochete para a construção do novo aeroporto de Lisboa;**
- 3. Mediante a sua aprovação, remeter a presente moção ao Governo, aos demais Grupos Parlamentares da Assembleia da República e à comunicação social local, regional e nacional.**

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda





**Bloco de Esquerda**

Assembleia Municipal de Almada

## **MOÇÃO**

### ***Voto de Saudação Ao Dia Mundial do Professor e à sua luta pela Escola Pública***

O dia 5 de outubro foi estabelecido pela UNESCO, em 1994, como Dia Mundial do Professor, tendo como referência o aniversário da Recomendação da OIT/UNESCO de 1966 relativa ao Estatuto dos Professores. Esta é, portanto, uma data que destaca a importância da dignidade da carreira dos professores e da qualidade da sua formação como elementos indispensáveis do direito à Educação. Celebrar esta efeméride exige um olhar atento sobre a situação atual das Escolas e dos docentes.

Em Portugal, o ano letivo de 2023/24 começou com cerca de 90 mil alunos sem professor a pelo menos uma disciplina. Infelizmente, este é um problema que se tem repetido ano após ano. O problema afeta todo o país, sendo Lisboa, Setúbal e Algarve as regiões mais afetadas.

Muitos alunos chegam ao segundo período, ou mesmo ao terceiro período, sem professor. Informática, Físico-Química, Português, Matemática, o número de disciplinas com uma falta gritante de professores vai aumentando. E assim os alunos vão acumulando estas falhas no seu percurso escolar, vendo o seu direito à Educação prejudicado.

Este ano vão reformar-se cerca de 3500 professores, milhares de outros foram abandonando o ensino ao longo dos anos por desmotivação e cansaço de pagar para trabalhar e de não ver reconhecimento pelo valor da sua profissão. Não há quem os substitua. E dificilmente haverá quando, devido à crise da habitação e do aumento do custo de vida, há professores deslocados a partilhar quartos ou a dormir em carros para poderem trabalhar. Por isso, antes que os jovens respondam aos apelos do Governo para que se tornem professores, é preciso começar por ouvir os professores que estão na Escola e responder às suas reivindicações.

Há vários anos que os professores e os educadores de infância lutam pela valorização da sua carreira, uma luta que é parte integral da defesa da Escola Pública. Desde o início do ano letivo passado, os professores têm realizado uma nova vaga de greves e protestos. Conquistaram algumas vitórias com essa intensa luta. No entanto, o Decreto-lei n.º 74/2023, de 25 de agosto, que incide sobre a progressão na carreira, deixou de fora a recuperação do tempo de serviço. Mantendo desta forma uma desigualdade entre os docentes do Continente e os docentes das Regiões Autónomas, os quais, justamente, já recuperaram o seu tempo de serviço para progressão na carreira.

Por isso, os protestos e as greves dos professores em defesa da Escola Pública prosseguem. A recuperação total do tempo de serviço cumprido pelos docentes durante o congelamento 2011-2017, a remoção de obstáculos à progressão, a vinculação dos docentes com contratos precários e o apoio aos professores deslocados são causas justas dessa luta. A resolução destes problemas é essencial para garantir o direito à Educação pública, gratuita e de qualidade.

**Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 19, 20 e 21 de Dezembro de 2023 Delibera:**

- 1. Saudar o Dia Mundial do Professor e a sua luta pela Escola Pública.**
- 2. Remeter a presente saudação à Federação Nacional de Professores, à Federação Nacional de Educação, aos sindicatos ASPL, PRÓ-ORDEM, SEPLEU, SINAPE, SINDEP, SIPE, SPLIU e STOP, à Assembleia da República e ao Ministério da Educação.**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	19/12/2023
ANEXO N.º	21 ATA N.º 42/XIII-3º



**Bloco de Esquerda**

**Assembleia Municipal de Almada**

***Voto de saudação***

**Dia Internacional da Memória Trans**

A 20 de novembro assinala-se anualmente o Dia Internacional da Memória Trans.

A primeira vez que esta data foi assinalada, foi em 20 de novembro de 1998, para homenagear Rita Hester assassinada em Massachusetts no mesmo ano, esta iniciativa foi levada a cabo por um grupo de ativistas trans onde se destacou Gwendolyn Ann Smith.

O Dia Internacional da Memória Trans é uma homenagem a todas as pessoas trans que foram vítimas da violência transfóbica, mas também pretende consciencializar as pessoas sobre as múltiplas violências que as pessoas trans são alvo.

De acordo com a Transgender Europe, no último ano foram assassinadas 321 pessoas trans pelo mundo. 94% das vítimas eram mulheres trans ou pessoas trans femininas. Cerca de metade (48%) das pessoas trans assassinadas eram trabalhadoras sexuais. 80% das vítimas trans foram alvo de racismo. Os dados indicam que a violência sobre as pessoas trans tem interceções com outras opressões, como a misoginia, o racismo, a xenofobia e a discriminação para com pessoas trabalhadoras sexuais.

Invocar a Memória Trans é também invocar as pessoas trans que faleceram, como Gisberta Salce Júnior, mulher trans, migrante e trabalhadora do sexo, que faleceu em 2006 na sequência de um ataque transfóbico, ou Lara Crespo, ativista pelos direitos das pessoas trans, que se suicidou após anos de sofrimento, negligência e transfobia.

É fundamental dar atenção a estes casos, não podemos permitir que o preconceito, a transfobia, o racismo e a violência de género continue a causar vítimas. É preciso tornar o espaço público seguro para as pessoas trans.

Os Direitos Trans são Direitos Humanos.

**Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 19, 20 e 21 de Dezembro de 2023, delibera:**

- 1. Saudar o Dia Internacional da Memória Trans**
- 2. Saudar a todas as mobilizações e vigílias para assinalar o Dia Internacional da Memória Trans**

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	19/12/2023
ANEXO Nº	22 ATA Nº 42/XIII-3º



## MOÇÃO

### **Não deixar ruir a Escola António José Gomes Imperativo de Cidadania**

A Escola António José Gomes, situa-se na Cova da Piedade, mais concretamente na Av. António José Gomes, é uma antiga Escola primária centenária fundada em 1911.

Acontece que esta Escola se encontra há muitos anos completamente desprezada e apresenta já há algum tempo sinais profundos de grande degradação, quem passa perto desta escola velhinha principalmente aqueles que a frequentaram enquanto pequenos, ficam com a sensação que aquelas paredes estão a pedir socorro. *Não me deixem ruir, não me deixem ruir.*

São visíveis sinais de impiedoso desprezo quer pelos vidros partidos, quer pelos riscos pintados nas paredes sem significado nenhum, parece que vão cumprindo o desejo daqueles inconfessáveis amigos das demolições das coisas antigas, às quais não oferecem soluções para preservar o património histórico da nossa terra.

Entretanto e curiosamente a fazer 3 anos no próximo dia 23, foi aprovada por unanimidade uma proposta na CMA, com a promessa de uma transformação significativa daquela Escola com a finalidade de servir como resposta de acolhimento para pessoas Sem-abrigo.

Este anúncio deu origem a uns artigos em alguns jornais, atenuou as críticas e alimentou a expectativa.

Da urgência que se falava ficou novamente o vazio.

Hoje a terminar mais um ano e em época Natalícia não se vislumbram soluções para estes problemas que temos como importantes.

**Assim, a Assembleia Municipal de Almada, Reunida em Sessão ordinária nos dias 19, 20 e 21 de Dezembro de 2023, delibera: recomendar à CMA que se digne a encontrar solução para esta Escola, deixando o apelo para que não deixem ruir a Escola António José Gomes.**

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	19/12/2023
ANEXO Nº	23
ATA Nº	42/2023



## MOÇÃO

### UM PAÍS PARA OS JOVENS - ISENÇÃO IMT

A conjuntura futura para os jovens portugueses é desafiadora, assemelhando-se à realidade europeia, mas mais alarmante em Portugal. A preocupação central reside no aumento rápido dos preços das habitações, que compromete a estabilidade essencial de um jovem para construir um percurso de vida, desenvolver a sua carreira e atingir os seus objetivos pessoais. Torna-se imperativo que o Poder Público elabore e implemente políticas eficazes para enfrentar este desafio, facilitando o acesso à habitação para a juventude. A falta de ação diante dessa realidade pode resultar em impactos demográficos significativos, sublinhando a necessidade de um comprometimento imediato e diligente na resolução deste problema premente.

A situação precária dos jovens é visível através dos dados estatísticos apresentados abaixo:

- Segundo os dados do INE, no segundo trimestre de 2022, os preços da habitação tinham subido cerca de 13,2% em relação ao período homólogo. Já este ano, no segundo trimestre de 2023, os preços aumentaram na ordem dos 8,7%, totalizando um aumento em dois anos de cerca de 22% nos preços da habitação. Como é evidente, as cidades em que se registam maiores aumentos são os grandes centros urbanos, sendo Almada um popular refúgio para as famílias que fogem ao aumento dos preços na zona de Lisboa. Assim, os mais afetados são aqueles que estão agora no processo de aquisição ou arrendamento de imóveis, não obstante os antigos proprietários e arrendatários estejam a sentir também diferenças significativas nos custos mensais fixos que dizem respeito à habitação.
- Apenas metade dos jovens que trabalham por conta de outrem têm contrato de efetividade. É certo e sabido que a esmagadora maioria dos jovens portugueses se encontra numa situação precária, sendo que mais de dois terços dos nascidos nos anos 90 que trabalham em Portugal têm contratos a prazo, representando quase o triplo dos nascidos nos anos 80, segundo um estudo realizado por Pedro Martins, ex-secretário de Estado do Emprego, para a Fundação Calouste Gulbenkian. Poucos destes contratos são convertidos para permanentes, excluindo outras situações precárias que conhecemos, como os estágios e os falsos recibos verdes.
- Segundo o estudo do “Retrato dos Jovens” elaborado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, 72% dos jovens portugueses ganham menos de 950€



líquidos por mês (3 em cada 4). Senhoras e senhores, “a geração mais qualificada de sempre”, emana uma sensação semelhante àquele ditado português que diz “fama sem proveito, dá dor ao peito”, pois, se sempre serviu para artimanhas de arremesso político, pouco ou nenhum proveito consegue retirar por ser tão qualificada, ou não saíam cerca de 20 mil licenciados por ano do país, do total de cerca de 50 mil que formamos anualmente. Sim: cerca de 37% dos licenciados que terminam os seus cursos em Portugal emigram. Além disso, em 2019, o salário real dos jovens entre os 25 e os 34 anos era, em média, menor do que em 2010, exceto naqueles que apenas tinham o ensino básico.

Desde 2018, a obtenção de financiamento integral para a aquisição de habitação tornou-se quase impossível. Nesse ano, o Banco de Portugal estabeleceu limites, resultando na prática de os bancos concederem empréstimos correspondentes a 100% do valor apenas para imóveis pertencentes à sua própria carteira. Para propriedades não vinculadas ao banco, o montante máximo disponibilizado para financiamento é limitado a 90% do valor do imóvel, aplicável especificamente a situações de habitação própria e permanente.

Assim sendo, para que um jovem do nosso país, em 2023, consiga obter a tão almejada emancipação, com vista a formar a sua família - conforme bem merece - será necessário dispor de 10% do valor de venda de uma casa, bem como todos os valores associados a comissões e impostos.

A título de exemplo, um jovem português para comprar uma habitação própria permanente, no valor de € 180.000,00, necessita, no mínimo, de aproximadamente € **24.225,00 (vinte e quatro mil e duzentos e vinte e cinco euros)**, correspondendo € 6.225,00 a comissões e impostos, de entre Comissão de Abertura, Comissão de Avaliação, Comissão de Preparação de Documentação Contratual, Serviço de Solicitadoria, Comissão de Processamento da Prestação Mensal, Custos com outros Produtos e Serviços Bancários, entre outras taxas.

Face a todo o cenário descrito, como e quando consegue um jovem português – um jovem almadense - amealhar € 24.225,00 (vinte e quatro mil e duzentos e vinte e cinco euros)? Não consegue. Mais uma vez, os números do Eurostat não deixam margem para dúvidas: Portugal é dos países da União Europeia em que os jovens saem mais tarde de casa dos pais - 30 anos -, em comparação com a média europeia que é de 26 anos.

Os jovens do nosso concelho, não são exceção a esta realidade, pelo contrário, vivem ainda momentos de maior angústia com a forte pressão sentida na habitação disponível na capital, o que tem vindo a empurrar as famílias que sempre viveram na



capital para os concelhos vizinhos, e conseqüentemente, os jovens almadenses para os concelhos seguintes.

Por acreditarmos que esta Assembleia Municipal e os membros que a compõem estão empenhados em fazer a diferença e a construir um país para os jovens, começando pelos jovens almadenses, propomos que esta Assembleia Municipal vote favoravelmente pela isenção do pagamento do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas dos Imóveis (IMT) para os jovens que tenham até 35 anos, trabalhem e/ou residam em Almada há pelo menos cinco anos, na aquisição do primeiro imóvel para habitação própria permanente até € 200.000,00 (duzentos mil euros).

Esta medida já foi implementada em diversos municípios do país, como Setúbal, Vila Franca de Xira e Penafiel, os quais são governados por diferentes cores políticas, desde o PSD até à CDU. Isto evidencia que a aplicação desta medida transcende a ideologia política, o que comprova a justiça da mesma. No que respeita aos valores concretos, na compra de um imóvel de 200 mil euros o valor do IMT é de 7%, o que significaria um valor de 14.000€ para o IMT. Tendo em conta a parcela a abater de 9.545,18€ e somando o encargo do Imposto de Selo (correspondente a 0,8% do valor do imóvel), o total do valor do IMT para um imóvel de 200 mil euros é de 6.054,82€. Neste caso em concreto, se se isentasse este imposto, estar-se-ia a aplicar um desconto de cerca de 3% no momento de compra do imóvel.

Assim, o Grupo de Deputados Municipais do PSD Almada solicita a deliberação para a aprovação da **isenção do pagamento do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas dos Imóveis (IMT) para os jovens que tenham até 35 anos, trabalhem e/ou residam em Almada há pelo menos cinco anos, na aquisição do primeiro imóvel para habitação própria e permanente até € 200.000,00 (duzentos mil euros).**

Almada, 17 de Dezembro de 2023

O Grupo de Deputados Municipais do PSD Almada

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	19/12/2023
ANEXO Nº	24 ATA Nº 42/XIII-3º



## Moção

### Proteção Animal e o Legado de um Amigo Fiel

No dia 4 de outubro de 2023, a nossa cidade viu-se obrigada a despedir-se de um dos seus ícones mais queridos. Mesmo sem proferir palavras, entoar cânticos ou dedicar-se a atividades desportivas, e ainda que nunca tenha ocupado qualquer cargo empresarial ou político, este ser singular conseguiu cativar os corações de todos os almadenses. O Ladrão, Dão de seu nome adotivo, foi um residente assíduo nas ruas da nossa cidade ao longo de muitos anos.

Dão não era apenas um cão, era um símbolo de Almada. Ele personificava a verdadeira essência da cidade - a sua liberdade e amor próximo. No Dão, encontrávamos um amigo fiel que nunca pedia nada em troca além de um pouco de atenção e afeto. O Dão tornou-se um símbolo da causa da proteção animal, evidenciando que todos os seres vivos merecem respeito e cuidado.

Em 2018, devido a problemas de saúde, Dão encontrou um novo lar na família de Elsa Ribeiro, que, com todo o carinho e dedicação, o recebeu no seu lar. Mas Dão nunca deixou de pertencer à família almadense, uma lembrança constante da importância de unirmos esforços para sensibilizar a nossa comunidade sobre a situação dos animais abandonados e a necessidade da proteção animal.

Dão não falava, mas a sua presença silenciosa e os valores que representava eram eloquentes o suficiente para inspirar todos nós a agir. Este nosso amigo de quatro patas será sempre um símbolo inspirador para promover campanhas de adoção animais, demonstrando que, juntos, podemos fazer a diferença na vida dos animais que ainda não têm um lar.

Neste sentido, honrar Dão significa continuar a desenvolver políticas públicas em prol da proteção animal. Almada tem a oportunidade de se continuar a destacar como um exemplo a nível nacional e europeu quando se trata do bem-estar dos animais.

**Por isso, o Grupo Municipal do Partido Social-Democrata propõe que a Assembleia Municipal de Almada adote as seguintes medidas:**

1- No próximo processo de remodelação de um parque animal da cidade, seja elaborada uma homenagem a Dão que reconheça o seu simbolismo para a causa animal. Esta homenagem deve não apenas celebrar a sua memória, mas também promover a conscientização sobre a importância de cuidar dos animais.

2- Paralelamente às campanhas municipais já em vigor de combate ao abandono animal, propõe-se a criação de uma iniciativa semelhante, na qual a imagem do Dão seja consagrada como símbolo oficial da cidade, com o objetivo de sensibilizar todos os cidadãos de Almada para a importância da adoção animal responsável.



Almada, 17 de Dezembro de 2023

O Grupo de Deputados Municipais do PSD Almada

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	19/12/2023
ANEXO N.º	25 ATA N.º 42/XIII-3.º



CDS-PARTIDO POPULAR  
MOÇÃO  
CRIAÇÃO DA FEIRA MUNICIPAL DE EMPREGO EM ALMADA

Com o objectivo de concretizar esforços para tornar o mercado de trabalho e empregabilidade mais activa, dinâmica e ao serviço das pessoas e dos empregadores, o concelho de Almada deve ter como objectivo ver criado no seu âmbito territorial, a feira municipal de emprego e de novas oportunidades.

Considerando um mercado de trabalho e uma economia cada vez mais competitiva e globalizada onde se destacam as novas tendências nomeadamente as viradas para as novas tecnologias, é crucial, e em parceria e cooperação com outras entidades já reconhecidas no terreno como as IPSS's, o IEFP ou os sectores organizados e associações nas mais variadas áreas e vários sectores da economia e empregabilidade, que sejam criados mecanismos que possam complementar o acesso ao mercado de trabalho e a novas realidades e profissões muitas delas decorrentes de uma verdadeira aldeia global com abertura a outras realidades e a novas necessidades.

Almada deve ser um concelho de oportunidades onde todos possam disponibilizar parte do seu conhecimento, trocar experiências, organizar e implementar ideias, a fim de concretizar e implementar novos projectos ambiciosos e competitivos criando consigo riqueza e mais-valias para o concelho.

A existência de várias estabelecimentos de ensino sejam do ensino regular público e privado, muitos deles já com programas direccionados para as escolhas para a vida activa, as universidades públicas e privadas com a formação académica e especialização dos seus alunos não esquecendo noutra vertente de oportunidade as universidades séniores ou os diversos programas para adultos e reentrada no mercado de trabalho valorizando o cidadão que muitas das associações e entidades análogas fazem no concelho, torna Almada um factor crítico de sucesso e uma aposta em termos de opções ao nível dos vários sectores da economia e empregabilidade.

A juntar a estes factores, o concelho tem a oportunidade de contar com cidadãos que escolheram o país e o concelho para viverem que trazem consigo novas realidades e também novas oportunidades que potenciam novos mercados e novas experiências conjugando esforços capacitados de potenciar novos ensejos e desenvolver projectos inovadores conquistando desta forma novos consumidores.

Tudo isto, tem de resultar da conjugação de esforços entre as entidades competentes na matéria, tendo a autarquia um papel fundamental e aglutinador na sua preparação de forma a promover e a direccionar ferramentas que levem ao concretizar de uma comunidade mais activa, inovadora e mais integrada diminuindo barreiras e potenciando o mercado de trabalho criando escolhas mais abrangentes e descobrindo outros talentos.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 19, 20 e 21 de Dezembro de 2023, na localidade da Cova da Piedade, defende junto da câmara municipal **a reunião de todos os esforços necessários para que possa ser criada no concelho a feira municipal de emprego e de novas oportunidades, em consonância e em parceria com os demais agentes de interesse por razão da matéria, públicos, privados e associativo, e do sector económico e de ensino, com a finalidade de disponibilizar maior oferta e uma maior oportunidade quer a potenciais empregados quer a empregadores, privilegiando e potenciando o meio almadense.**

O Deputado Municipal do CDS-Partido Popular

Almada, 19 de Dezembro de 2023

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	19/12/2023
ANEXO Nº	26 ATA Nº 42/XIII-3º



CDS-PARTIDO POPULAR  
MOÇÃO  
POR MAIS ABRIGOS NAS PARAGENS DE AUTOCARRO

Depois de ultrapassado alguns dos maiores problemas que assolaram as populações utentes dos transportes públicos nomeadamente, no concelho de Almada aquando da implementação do projecto da nova Carris Metropolitana, há ainda muito por concretizar no que diz respeito à prestação de serviço público por parte da nova entidade de transporte rodoviário.

Continuam por ajustar horários, continuam em falta novas carreiras e justamento de percursos, tal como está em falta uma maior coordenação inter transportes que tenha como objectivo um verdadeiro plano intermodal e intermunicipal onde os transportes se possam complementar numa verdadeira circular urbana ao serviços das populações que possa sensibilizar o cidadão para o uso dos transportes públicos em detrimento do transporte individual.

No processo de implementação da Carris Metropolitana no concelho de Almada estão ainda em falta os prometidos painéis digitais de informação junto das paragens de autocarro, pois apesar de alguns já colocados, não há indicação para o seu início.

Também no que diz respeito às paragens de autocarro, os utentes, nomeadamente os de mais idade, continuam à espera que sejam instalados abrigos adequados, em segurança e comodidade, capaz de fazer ultrapassar as intempéries do calor ou chuva, ou ainda os assentos que oferecem um melhor conforto.

De relembrar que muitos dos abrigos em falta servem crianças, jovens e idosos que pela sua condição necessitam de se deslocar de autocarro, privando-os de usufruírem de melhores condições.

Também nos abrigos a falta de iluminação é uma constante, o que aumenta a dificuldade de observação dos horários nomeadamente em períodos nocturnos, tal como aumenta o sentimento de insegurança em determinadas zonas podendo mesmo potenciar focos de criminalidade.

A juntar aos problemas atrás identificados, o terminal de Cacilhas continua com déficits de iluminação quer no espaço abrangente quer nos abrigos, o que torna o mesmo um local potencialmente inseguro a determinadas horas.

O estacionamento desordenado e abusado por parte de alguns automobilistas junto das paragens deixa outros perigos à espreita junto de quem faz uso dos transportes públicos no concelho de Almada.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 19, 20 e 21 de Dezembro de 2023, na localidade na Cova da Piedade, alerta a Câmara Municipal de Almada para:

**1 - a necessidade urgente de acelerar o processo de instalação de abrigos nas paragens de autocarro da Carris Metropolitana, devidamente iluminadas e com o conforto e segurança que os utilizadores do transporte público rodoviário exigem**

**2 - resolver com urgência a falta de iluminação condizente com as necessidades dos utilizadores dos transportes públicos em Cacilhas nomeadamente os postes de iluminação e a iluminação dos abrigos.**

O Deputado Municipal do CDS-Partido Popular

Almada, 19 de Dezembro de 2023

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	19/12/2023
ANEXO Nº	27
ATA Nº	42/III-2



CDS-PARTIDO POPULAR  
MOÇÃO  
URGENTE REQUALIFICAR AS HABITAÇÕES SOCIAIS

Todo o cidadão tem direito a uma habitação condigna, em comodidade e em segurança, como um dos mais elementares direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa (C.R.P.).

O mesmo tem o direito de viver debaixo de um tecto no conforto do lar em condições que lhe garanta estabilidade e condições de habitabilidade adequadas à sua condição social, física e ao seu agregado familiar.

Ao cidadão com maiores dificuldades na obtenção de habitação, o Estado e também o poder local, têm a obrigação de colmatar essas falhas e resolver os problemas sob pena de deixar o mesmo completamente desamparado e na condição de sem-abrigo. Esse garante deve ser equacionado perante cada caso seja ele urgente ou não.

Deste modo, o papel quer do Estado quer os municípios têm em matéria de habitação, responsabilidades acrescidas na obtenção de habitação a quem mais precisa e nos apoios direccionados para as famílias com menores posses.

Não obstante, a estratégia de habitação social não se pode limitar à entrega de chaves às famílias, devendo ao mesmo tempo garantir que as habitações permanecem em estado considerável de permanência e sem acarretar a longo prazo, problemas para a saúde dos seus habitantes.

Para tal, é fundamental e obrigatório que os proprietários, Estado e Autarquias, exerçam permanentemente um contacto e um acompanhamento no terreno junto de bairros sociais da sua responsabilidade, a fim de recolher informação para que possa actuar em conformidade e de forma célere com o objectivo de tentar resolver os problemas da degradação dos imóveis fruto do passar do tempo.

Também em Almada, muitos dos moradores dos bairros de habitação social quer do IHRU quer da responsabilidade da autarquia, têm apresentado inúmeras queixas relacionadas com a falta de resposta da autarquia e de resolução dos problemas pelos moradores relatados junto da mesma.

Infiltrações, excesso de umidade, degradação do sistema de canalização e de esgotos, falta de limpeza e de manutenção dos acessos adjacentes e espaço público ao redor, elevadores avariados ou em potencial perigo para os moradores, falta de iluminação, falta de segurança no espaço público, são entre outros, alguns dos problemas relatados de forma persistente por moradores e cidadãos de Almada que desesperam por respostas e por acção por parte da autarquia. Reforça-se que muitos desses cidadãos são pessoas com problemas de saúde, idosos, muitos deles solitários e sem ajuda, ou agregados familiares numerosos com crianças em idade escolar.

A autarquia tem o dever de resolver atempadamente os problemas relacionados com a degradação das habitações da sua tutela e dos espaços adjacentes considerando que todos

os cidadãos devem ser tratados igualmente de forma digna seja qual for a sua condição social, dar respostas e acompanhar os casos mais urgentes.

Tendo em conta os considerandos atrás mencionados, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 19, 20 e 21 de Dezembro de 2023, na localidade na Cova da Piedade, vem desta forma, **pugnar junto da câmara municipal pela criação de um verdadeiro e eficaz programa de requalificação de habitações sociais da sua responsabilidade, e que possa agir atempadamente junto dos casos mais graves e urgentes com o objectivo não só potenciar melhores condições de habitabilidade aos cidadãos como devolver a dignidade da pessoa humana e a permanência no seu lar. A Assembleia delibera em simultâneo exigir do IHRU respostas urgentes da requalificação e resolução dos problemas nas habitações da sua responsabilidade no concelho de Almada.**

O Deputado Municipal do CDS-Partido Popular

Almada, 19 de Dezembro de 2023

